



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 025 SÁBADO, 7 DE MARÇO DE 2015



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Gladson Cameli - (PP-AC)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Vicentinho Alves - (PR-TO)	1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º SECRETÁRIO Zeze Perrella - (PDT-MG)	2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
	3º Elmano Férrer (PTB-PI)
	4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25 Líder Humberto Costa - PT (20,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,33) Walter Pinheiro (31,34) Telmário Mota (4,37) José Pimentel (35) Líder do PT - 14 Humberto Costa (20,26) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,34) Lindbergh Farias (38) Fátima Bezerra (30) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,33) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,37) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (21) Vice-Líder Ataídes Oliveira (36) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer (23) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (11,29) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (22,25) Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (22,25)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 24ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE MARÇO DE 2015	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
1.2.1.1 – Realização de sessão	
Realização de sessão especial segunda-feira próxima, às 11 horas, destinada a comemorar o transcurso dos 560 anos de nascimento de Américo Vespuício, nos termos dos Requerimentos n°s 21 e 69/2015, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias e outros Senadores	5
1.2.1.2 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 20/2015). Será feita a substituição solicitada	5
Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, de substituição de membro na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Ofício nº 21/2015). Será feita a substituição solicitada	5
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ofício nº 45/2015). Será feita a substituição solicitada	5
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais (Ofício nº 47/2015). Será feita a substituição solicitada	6
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como 2º Vice-Líder do referido Partido (Ofício nº 52/2015)	6
1.2.2 – Oradores	
SENADOR PAULO PAIM – Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 do corrente; e outros assuntos	6
1.2.3 – Comunicação	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem diversas comissões (Ofícios n°s 46, 48 e 50/2015). Designação dos Senadores Tasso Jereissati e Antonio Anastasia, como titulares, para comporem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e da Senadora Lúcia Vânia, como titular, para compor a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	11
1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO – Destaque para a importância da irrigação para o desenvolvimento da agricultura no Estado de Pernambuco.....	12
SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa do Governador de Rondônia após a cassação de seu diploma pelo TRE do Estado; e outros assuntos	17
SENADORA ANA AMÉLIA – Comentários sobre a atual crise na Petrobras e apresentação de propostas para resolvê-la; e outros assuntos	19
SENADOR JORGE VIANA – Relato de ações empreendidas por dirigentes políticos estaduais e do Governo Federal com vistas a enfrentar os danos causados pelas enchentes que atingem o Estado do Acre; e outro assunto	26
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO, como Líder – Resumo das recomendações finais contidas no documento intitulado “O PSB e a conjuntura política nacional”	31
1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro do editorial intitulado “O PAC se esfarela”, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 27 de fevereiro último.....	37
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Registro do editorial intitulado “Dilma fraca e o PT medíocre”, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 25 de fevereiro último	38
1.3 – ENCERRAMENTO.....	39
2 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	39

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação	40
Bancadas dos Partidos	41
Por ordem alfabética	42

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

5 – LIDERANÇAS	44
----------------------	----

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	45
---------------------------------	----

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	49
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	52
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	53
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	55
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	58
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	60
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	62
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	65
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	68
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	70
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	72
CSF – Comissão Senado do Futuro	73

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)	74
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	75
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	76
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)	76
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)	76
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	77
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	78
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	79
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	80
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	81
Conselho de Estudos Políticos	82
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	83
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	84

CONGRESSO NACIONAL**9 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	85
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	91
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	91
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	92
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	93
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	93

10 – CONSELHOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	94
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	95
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	96

Ata da 24ª Sessão, Não Deliberativa, em 6 de março de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana e Valdir Raupp e da Srª Ana Amélia.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 6 minutos e encerra-se às 11 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REALIZAÇÃO DE SESSÃO

O Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se segunda-feira, dia 9, às 11 horas, destinada a comemorar o transcurso dos quinhentos e sessenta anos de nascimento de Américo Vespúcio, nos termos dos **Requerimentos nºs 21 e 69, de 2015**, dos Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias e outros Senadores.

COMUNICAÇÕES

Ofício nº 20/2015-GLDBAG

Brasília, 5 de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Cristovam Buarque como suplente na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Acir Gurgacz** Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 21/2015-GLDBAG

Brasília, 5 de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Zeze Perrella como suplente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em substituição ao Senador José Pimentel, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Acir Gurgacz** Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 45/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Tasso Jereissati, para integrar, como titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passará a integrar a Comissão como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima** Líder do PSDB

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 47/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que o Senador Tasso Jereissati passa a integrar a Comissão de Assuntos Sociais, como Suplente, deixando a titularidade.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 52/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para ocupar o cargo de 2º Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do Estado do Rio Grande do Sul.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Valdir Raupp, Presidente e Líder do PMDB, é uma satisfação enorme ver V. Exª presidindo e usando a tribuna.

Como domingo é 8 de março, Dia Internacional da Mulher, Senadora Ana Amélia, vou falar hoje sobre essa data, já que hoje é sexta-feira, o último dia útil anterior. Mas, Sr. Presidente, antes de iniciar esta fala sobre o Dia Internacional da Mulher, que vai ser, no próximo domingo, eu quero demonstrar a minha alegria, a minha satisfação. Nós procuramos tanto uma pauta positiva...

Confesso, Senadora Ana Amélia, que, em uma entrevista à Rádio Guaíba esta semana, perguntaram-me: "Mas me fale de uma pauta positiva no Congresso." Sabe o que eu respondi? Disse: "Não faz isso comigo, porque não há nada de pauta positiva."

Graças a Deus, estamos discutindo a reforma eleitoral com entraves! Mas ele falava de uma pauta positiva que estivéssemos encaminhando e votando. Eu disse: "Olha, não há nada praticamente sendo votado, há certa paralisia infelizmente neste momento."

E o que aconteceu ontem na Câmara... Quero cumprimentar os Deputados e Deputadas que aprovaram o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é uma luta de mais de 20 anos. Eu fui o que apresentou o estatuto, mas foi construído pela sociedade e a Mara Gabrilli, do PSDB – quero aqui render as minhas homenagens a ela. Sempre digo que, quando a causa é boa, eu não quero saber qual é o partido, se é o PSB, se é o PSD, se é o DEM, se é o PT, se é o PP; o que importa é que a causa é boa.

E a Mara Gabrilli, que V. Exª conhece muito bem, ambos conhecem, é uma cadeirante. Disseram que o discurso dela, na Câmara, ontem colocou todos os Deputados de pé, aplaudindo, e aprovou o estatuto que estava encalhado lá; nós tínhamos aprovado aqui no Senado já, há questão de seis, sete anos, e lá não andava. Ela me ligou, depois da aprovação, no meio da noite, chorando, porque ela vive o problema; nós somos agentes do processo e tal.

Queria mencionar, então, no primeiro momento, Senadora Ana Amélia – e já vou dar o aparte para a senhora –, porque eu acho que merece um comentário... Neste dia, estou usando a tribuna, para falar de 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E quero fazer a primeira homenagem a Mara Gabrilli, uma cadeirante, uma pessoa com deficiência, pelo relatório feito e aprovado ontem e que vem agora para o Senado.

Eu tenho certeza de que o Senado vai aprovar também com rapidez. E aí, claro, nós poderemos, em pronunciamento, no momento adequado, homenagear todos aqueles que participaram, inclusive a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – V. Exª que foi Ministro... Houve trabalho brilhante da Secretaria de Direitos Humanos, que participou sempre desse debate, com a Maria do Rosário, com a Ideli Salvatti, ambas as Ministras dessa área. Todos os partidos participaram, não houve um partido que tenha deixado de dar a sua contribuição.

Senadora Ana Amélia, antes que eu entre em outro assunto, eu gostaria de lhe conceder o aparte.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria apenas endossar e apoiar V. Exª. A Mara Gabrilli, claro, vive o drama da deficiência. Ela tem graves dificuldades de mobilidade, é cadeirante, e ela tem tido, nesse universo, que é muito expressivo em nosso País, uma atuação destacada e exemplar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quarenta e cinco milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim. E eu queria também dizer, Senador Paulo Paim, que todo o empenho dela, e ela também tem recebido apoio lá na Câmara dos Deputados... E eu acompanho a questão relacionada a doenças raras, que é outro tema. E também registro a atuação, agora, do nosso colega Senador Romário, que assumiu esta semana a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, pelo seu envolvimento, que ele também, digamos, vive na família...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ajudou, inclusive, na redação final do estatuto.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ajudou. É por isso que eu faço questão, porque nós temos que valorizar o trabalho de Parlamentares. Como disse V. Ex^a, não importa o partido, importa a causa que abraçam, e é muito importante que tenham esse comprometimento. Então, penso também que houve ganhos não só pela questão de que alcança homens e mulheres, mas por ter sido uma mulher, a Mara, a autora e a responsável pela relatoria desta matéria tão relevante, que beneficia os deficientes em nosso País. Também ontem nós aprovamos uma matéria aqui que veio da Câmara que dá a homens e mulheres o direito para o registro dos filhos. Quer dizer, a mulher pode ir ao cartório e registrar o filho. A nossa legislação precisa de maior agilidade, e a Casa está cumprindo. Então, quando V. Ex^a fala das boas notícias, eu penso que essas são. A própria Câmara também votou a questão do feminicídio, que é um agravamento das penas no caso do assassinato de mulheres. Já tivemos avanços com a Lei Maria da Penha, iniciativa da Casa, do Congresso Nacional, com a participação não só de mulheres, mas do envolvimento dos nossos Líderes dos partidos políticos e também do comando da Câmara dos Deputados e daqui, do Senado Federal. Eu penso que essas são conquistas importantes, mas muito mais temos que avançar, por exemplo, no protagonismo das mulheres na área política, que ainda é pequeno. Maior queixa: as mulheres não têm participação do fundo partidário, não é uma definição percentual. Há 30% na nominata, mas isso não é tudo, ela não pode fazer uma campanha, ela não pode se dedicar a uma campanha, se ela não tiver as condições hoje dadas no conjunto dos candidatos dos partidos políticos. Então, eu acho que é um passo a passo, e já se avançou, mas temos que avançar ainda muito mais. Eu quero cumprimentar V. Ex^a pela homenagem às mulheres, e aqui falo em nome das colegas mulheres Senadoras. V. Ex^a está sempre antenado e sintonizado com a pauta do dia, Senador Paulo Paim. Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Eu informo já à Casa que, segunda-feira, eu farei um pronunciamento específico sobre essa questão do Estatuto da Pessoa com Deficiência, reconhecendo todos os autores, desde Flávio Arns, o primeiro Relator; desde Celso Russomanno, o segundo Relator; Mara Gabrilli, a terceira Relatadora. Quantas reuniões, quantos seminários? Foram praticamente 20 anos desse debate, que agora a gente vê se tornar realidade.

Eu vou, então, entrar, Sr. Presidente, no meu pronunciamento sobre domingo agora, o Dia Internacional da Mulher, que é 8 de março.

Sr. Presidente, as datas oficiais tendem a assumir, ao longo dos anos, um caráter mais burocrático. Se formos brindados com um feriado encostado, de preferência, num final de semana, então o evento passa quase despercebido. Previsão e repetição, em diversas facetas da vida social, muitas vezes caem, de forma automática, na indiferença coletiva.

Assim, em muitas ocasiões, apenas aquelas pessoas e grupos diretamente vinculados ao fato empenham-se em celebrar determinada data – o que hoje, em estrita medida, não chega a ser muito difícil. Com as redes sociais, como Facebook, Twitter, WhatsApp e outros, os diversos círculos são acionados, mobilizados, proporcionando, assim, uma alegria instantânea e um trabalho até coletivo, em nível nacional e internacional.

Isso ocorre, por norma, em âmbitos centrais reduzidos e de raio relativamente limitado, apesar da grandeza das redes. Em boa parte dos casos, é lamentável que tudo fique, então, restrito a uma escala pequena, quando se lembra uma data importante, uma vez que não se consegue levar mensagens relevantes para a vida coletiva e permanente de cada homem e de cada mulher, atingindo, assim, segmentos mais amplos e expressivos da população como gostaríamos.

Dessa forma, assinala-se a passagem de inúmeras datas significativas de caráter cívico, religioso, cultural, socioeconômico, sindical inclusive, etc., de forma previsível, Sr. Presidente, sem impactar a sociedade e gerar mudanças substantivas de percepções e atitudes, e sem que nós aprofundássemos efetivamente o debate do porquê dessas datas.

Como norma, não creio que os eventos – especialmente aqueles centrais para o avanço do processo civilizatório – devam ser banalizados e naturalizados nesse nível. Tudo porque, nessa linha, logo se transformam em algo pouco instigante e mobilizador, com prejuízo, com certeza, para aquele grupo que atua nessa área.

Felizmente, e por razões sempre superlativas, não é o caso da homenagem que fizemos hoje. Não é o caso do Dia Internacional da Mulher ou, simplesmente, Dia da Mulher, 8 de março, observado em escala global pelos

países-membros da Organização das Nações Unidas.

Como sabemos, a ONU começou a celebrar a data em 1975, ou seja, há quarenta anos. Logo a seguir, em 1977, a Assembleia Geral da Organização adotou resolução fixando 8 de março o Dia das Nações Unidas pelos Direitos da Mulher e pela Paz Internacional.

Na verdade, trata-se de uma data, Sr. Presidente Jorge Viana, singular, que mobiliza – essa mobiliza! – e estimula a que haja uma reflexão ampla por meio de múltiplos eventos de grande visibilidade e repercussão no mundo. Eventos que envolvem centenas de milhões de pessoas de distintas etnias, quer seja na África, na Ásia, na Europa, aqui na América, enfim, no mundo, em todo o Planeta.

Embora estejamos ainda claramente distantes de um cotidiano legal, social, cultural e econômico que garanta a homens e mulheres a igualdade de oportunidades e o reconhecimento coletivo, de maneira objetiva – e não apenas retórica –, penso que, apesar de tudo, estamos avançando. Estamos avançando gradualmente, nas últimas décadas. Temos hoje já, em diversos países do mundo, uma mulher como presidente. Vou me localizar no caso nosso, no Brasil, em que é Presidenta Dilma Rousseff, que conheci há mais de 30 anos.

Contudo, Sr. Presidente, recebemos diariamente notícias dos mais diversos países acerca das tremendas distorções, das discriminações e dos mais odiosos crimes cometidos contra as mulheres em todo o mundo – em especial e em escala nada contida, aqui mesmo, no Brasil, onde, apesar da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher continua avançando.

Eu me lembro aqui de propostas da nossa querida Senadora Gleisi Hoffmann que aumentam as penas da Lei Maria da Penha para aqueles que agredem as mulheres.

Sr. Presidente, temos assim, bem evidentes – e não apenas episódicas, mas regulares – violações com inexplicáveis retrocessos e desacelerações em cada um dos distintos âmbitos que compreendem a efetiva institucionalização e observância da igualdade de gênero. É uma realidade triste para o Brasil e para o mundo, mas, sobretudo, para a própria humanidade, para nós que falamos tanto em direitos humanos.

Os impasses e as agressões que se sucedem em bases cotidianas contra as mulheres são uma verdadeira desonra, uma covardia que deixa a todos nós perplexos, constrangidos e indignados.

Infelizmente, Sras e Srs. Senadores, por detrás da sonhadora, tradicional e cultivada imagem do brasileiro cordial, existe um cotidiano público selvagem, que resulta em mais de 55 mil assassinatos de homens e mulheres nas ruas do País, conforme o último censo.

Por detrás dessa imagem idealizada do brasileiro cordial, existe – e não dá para negar – a violência doméstica, que destrói lares e compromete o futuro de milhões de crianças e adolescentes, expostos à agressão e ao desrespeito à mulher desde a mais tenra idade.

Por detrás da tradicional imagem do brasileiro cordial, existe, sim, a discriminação intensa da mulher no mercado de trabalho. Ninguém tem dúvidas de que a mulher ganha um salário menor que o do homem na mesma atividade. Do chão de fábrica aos gabinetes mais luxuosos da Avenida Paulista, da escola de bairro à universidade, do botequim ao restaurante mais refinado, a mulher sempre recebe um salário menor, a não ser em poucas exceções.

Vejamos alguns dados dessa realidade, reunidos e consolidados por pesquisadores sociais, profissionais do mercado, veículos de comunicação e instituições respeitáveis e respeitadas.

O Censo do Ensino Superior de 2013, divulgado no segundo semestre do ano passado, mostra que as mulheres detêm a maioria dos ingressos nos cursos de graduação, ocupando 55,5% das vagas das faculdades e universidades brasileiras. Isso ocorre em uma linha ascendente, já que, no ano anterior, a participação feminina estava abaixo de 55% – agora está em 55,5%.

De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), há equilíbrio dos dois gêneros na produção científica, em números absolutos. Na iniciação científica, as mulheres têm presença marcante e respondem por 60% das bolsas.

Contudo, ao longo da carreira acadêmica, a participação feminina tende a ser reduzida, chegando ao ponto em que somente um quarto dos chefes de laboratórios de pesquisa científica no Brasil é composto por pesquisadores do sexo feminino. Assim, quando chega a hora de ocupar postos importantes, a mulher fica, nesse caso, com somente um quarto desses espaços.

A Profª Hildete Araujo, da Universidade Federal Fluminense, ex-integrante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, parece resumir em uma frase curta e contundente a situação de gênero na ciência entre nós. Diz ela: "a ciência é branca e masculina". Repito: "a ciência é branca e masculina".

Matéria publicada pelo jornal *O Globo* no final do mês passado – em fevereiro, mais precisamente –, mostra que, em média, os homens ganham mais que as mulheres em praticamente todas as atividades. Ainda bem que aqui no Parlamento é igual, embora as mulheres sejam menos que 10%; mas pelo menos o salário é igual.

Entre 40 ocupações com salários comparados, para jornadas de 40 horas semanais, no ano de 2013, em apenas duas atividades – de 40, somente em duas atividades – as mulheres ganham um pouco mais do que o homem ou empatam. Somente em duas atividades!

A situação salarial privilegiada dos homens, segundo o levantamento, ocorre em profissões de nível superior, como Medicina, Direito, magistério superior, e também naquelas atividades em que prevalece tradicionalmente a participação feminina, como costureira, auxiliar de enfermagem e recepcionista – mesmo aí o homem ganha um salário maior.

Registro, Srs e Srs. Senadores, que fui relator de um projeto, aqui na Casa, e até hoje não entendi por que a Casa não o aprovou. Falamos tanto em semana da mulher, em homenagem para a mulher, mas não o aprovamos. E vou explicar, Senador. Um projetinho singelo – não é meu o projeto, o projeto é do Deputado Marçal Filho. Refiro-me ao PLC 130, de 2011, do qual fui relator, de autoria do Deputado Marçal Filho, que estabelece somente...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... o seguinte: mulher e homem, na mesma atividade, têm que ter o mesmo salário. Têm que ter o mesmo salário na mesma atividade – só diz isso.

Pois bem, fiz o relatório nas Comissões, chegou aqui ao plenário – e eu até repito essa frase –, e quando eu vejo o projeto foi remetido para a Comissão de Serviços de Infraestrutura. O que tem a ver infraestrutura com essa análise? Se fosse para a CAE, para Assuntos Sociais, Direitos Humanos, eu até entenderia.

Enfim, fiz a minha relatoria nesta Casa e dei o parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade em março de 2012. Então, há praticamente um ano ele está engavetado. Não sei que força oculta é essa: todo mundo defende que mulheres e homens têm que ter os mesmos direitos, mas, na hora H, não votam.

Então, faço um apelo a V. Ex^a, Sr. Presidente. É um projetinho simples, só diz isso. Isso, inclusive, já está no texto da Constituição, só que nós a regulamentamos. Diz lá: "conforme lei"; e nós regulamentamos a lei. Não fui eu, foi o Deputado Marçal Filho – eu nem sei o partido dele, mas isso também não interessa; interessa que é um belo projeto, e eu o aprovei exatamente como veio da Câmara.

Sr. Presidente, diante de um quadro desses, aliado ainda à pequena participação feminina na política, o Brasil acabou por recuar nove posições no levantamento de igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial de 2014. Caímos da posição de nº 62 para 71, em um total de 142 países analisados. Eles avançaram com a mulher participando mais da política, e, no Brasil, nessa comparação, regredimos.

Estamos exatamente na média – o que absolutamente não significa nenhuma virtude – entre a Islândia, país mais igualitário do mundo, e o Iêmen, considerado o mais desigual. Fiamos aí nessa faixa.

Ainda segundo pesquisa, o Brasil chega ao absurdo da situação em seu ensino médio, com 69% do corpo docente integrado por mulheres, mas com os homens percebendo, em média, 12% a mais pelas mesmas tarefas. Seja reitor, seja professor, seja mestre, com o mesmo grau de escolaridade, de conhecimento, de graduação, e ainda assim a mulher ganha 12% a menos.

A OIT – vou passar a palavra em seguida para V. Ex^a, Senador –, depois de pesquisar 1,2 mil empresas de 39 países, representadas todas as regiões do mundo, concluiu que, no ritmo atual, seriam necessários entre um e dois séculos – dados da OIT; não são do Paim, não são do Dieese, não são do Diap, não são das Centrais – para que seja alcançada a igualdade de gênero nos mais altos cargos das grandes corporações em nível mundial.

Por favor, Senador.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Eu queria manifestar a minha alegria, a minha satisfação pelo pronunciamento de V. Ex^a, quando procura chamar atenção para a política de gênero do nosso País e o enorme preconceito que as mulheres ainda enfrentam, sobretudo no que diz respeito aos vencimentos salariais para o exercício dos mesmos cargos, das mesmas funções, das mesmas atividades.

(Soa a campainha.)

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quero lembrar que esta não é uma situação só do Brasil, é uma situação mundial. Recentemente, quando da entrega do Oscar, a atriz que foi premiada como melhor atriz coadjuvante fez uma contundente denúncia da discriminação que as atrizes, as mulheres, sofriam nos vencimentos, nos salários, numa das mais poderosas indústrias do mundo, que é a indústria cinematográfica. Aqui no Brasil também é importante. Eu tive a oportunidade de me pronunciar esta semana sobre esse tema, que essa discrepância dos vencimentos de salários entre homens e mulheres não se explica em função do desenvolvimento do Estado. Cito como exemplo o Acre, Senador Jorge Viana, Presidente desta sessão, onde está a menor discrepância entre salários de homens e mulheres. E o Acre não é o Estado

mais rico da Federação, é o 21º no ranking do IDH. E o Estado de Santa Catarina, que é o terceiro no ranking do IDH, é o que ostenta a maior diferença entre salários de homens e mulheres no Brasil. Portanto, eu queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher, quando V. Exª ocupa a tribuna do Senado para reclamar e reivindicar a atenção desta Casa e do Congresso Nacional para que a gente possa juntar esforços na implementação de políticas de gêneros que possam valorizar a participação da mulher na nossa sociedade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador. Quero cumprimentar V. Exª. V. Exª já foi ministro e mostrou aqui, de improviso, que efetivamente conhece essa realidade, estuda o problema e, com certeza, vai estar nesse time que quer construir apenas uma política de igualdade. Direitos iguais para negros, brancos, homem, mulher, enfim, que todos tenham os mesmos direitos. Meus cumprimentos a V. Exª.

Sr. Presidente, avançando no meu pronunciamento, queria lembrar que países latino-americanos como o Brasil e o México, por exemplo, integram o grupo em que as mulheres conquistaram entre 5% a 10% dos assentos nas diretorias.

Situação menos favorável, conforme a pesquisa, que o Chile, a Índia, o Japão, a Rússia, nações onde a presença feminina na direção de grandes empresas é diferenciada. Também não é nada além, fica praticamente no mesmo patamar. Aqui, na verdade, faz uma crítica também a esses países. Estamos na média desses países, que são os países mais atrasados em matéria de desenvolvimento das mulheres.

Todos esses dados, entre tantos outros que poderiam ser trazidos a este plenário nesta manhã, mostram a todos nós que para atingirmos a igualdade de gênero ainda devemos trilhar, com extrema firmeza e determinação, um longo e árduo caminho que coloque o Brasil nos trilhos da igualdade, da liberdade e da justiça.

Sem deixar de lembrar os avanços até aqui conseguidos, precisamos ser realistas: a tão almejada paridade social, cultural e econômica entre homens e mulheres permanece ainda distante.

Mas, Sr. Presidente, uma boa evidência de que alguns passos nós demos, progressos concretos, para que não nos deixemos abater só pelo pessimismo – eu quero dizer, Senador, que eu sou sempre ainda um otimista, sempre acho que podemos, apesar do quadro às vezes negativo, avançar –, que não se confunde com o indispensável realismo, mas que pode ativar e sustentar um otimismo sensato e equilibrado.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, aqui, podemos lembrar das eleições presidenciais no Brasil e, repito, como é o caso da Presidenta Dilma.

Claro que são fatos raros, devem ser umas quatro ou cinco mulheres em todo o mundo. São raros os países que tiveram a possibilidade de registrar uma sucessão presidencial por meio do voto direto de todo o seu povo com três mulheres disputando a posição política mais importante da Nação, como foi o caso nosso último.

No ano passado, como todos recordamos, tivemos nada menos que três mulheres: Dilma Rousseff, sagrada nas urnas de todo o País com o segundo mandato; Marina Silva, seu partido, permita-me que eu lembre, PSB, e Luciana Genro, concorrente à presidência da República, que é lá do meu Rio Grande do Sul, filha do ex-Governador Tarso Genro.

Faço uma referência ao ex-Senador Aníbal Diniz, Senador Jorge Viana – V. Exª tem sido muito tolerante comigo e eu com V. Exª e nesta sexta-feira nós vamos desenvolver um pouquinho mais, mas já estou indo para os finalmente –, faço uma referência aqui ao ex-Senador do Acre, Aníbal Diniz, do PT. Tenho a honra de relatar um projeto de autoria desse Senador, o PLS nº 132, de 2014, que destina uma das vagas para as mulheres nas eleições em que houver renovação de dois terços das cadeiras do Senado.

Senadora Ana Amélia, o nosso período eleitoral coincide, V. Exª veja que, aprovado aqui, já sai um passo na frente deste Senador, porque uma vaga tem que ser das mulheres. Te cuida.

Essa proposta, Senadora – é a realidade, tenho que ser coerente com aquilo que estou relatando –, está na Comissão de Constituição e Justiça. Atualmente menos de 15% das vagas do Congresso Nacional são ocupadas por mulheres.

As mulheres hoje representam 51% da população. É um absurdo a exigência legal de apenas 30% de candidaturas femininas nas eleições...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... para cargos proporcionais, como deputado federal e estadual e vereadores.

Mas não há uma regra mais clara na questão do Senado. Esse é o objetivo do Senador Aníbal Diniz.

O Brasil, em relação aos outros países do mundo, está lá embaixo, na participação das mulheres na vida política.

Para uma Nação que, durante quase todo o século XX, manteve-se notadamente conservadora, abalada por seguidas rupturas institucionais, golpes militares, e que retomou a democracia há menos de três décadas, é um feito importante e positivo – lembramos de novo – termos uma mulher na Presidência da República. Na realidade, um feito que haverá de se multiplicar, espero eu, ao longo das nossas vidas.

Sr. Presidente, ao celebrarmos o transcurso desse dia tão importante, o Dia Internacional da Mulher, no ano de 2015, temos a oportunidade – todos e cada um de nós, representantes populares no Parlamento – de refletir, adotar atitudes e incentivar práticas que permitam a igualdade de gênero para a construção cotidiana de um Brasil melhor e menos desigual.

Parabéns, hoje e sempre, às mulheres brasileiras, às mulheres do mundo. Além de cultivarem o passado, projetam elas o futuro. Cada uma de vocês tece e compõe a melhor parte do cotidiano de todos nós.

Registro – para encerrar, Sr. Presidente, é a última folhinha aqui –, registro que, na quarta-feira, dia 11, às 11 horas, esta Casa, aqui, vai realizar mais uma sessão solene destinada a lembrar, festejar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras da 14ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. São elas, as homenageadas desta quarta-feira: Cármem Lúcia Antunes Rocha, Clara Maria de Oliveira Araújo, Creuza Maria Oliveira, Ivanilda Pinheiro Salucci,...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) –... Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Mary Garcia Castro e Débora Martins Bonafé dos Santos (*in memoriam*).

Sr. Presidente, vida longa às mulheres do Brasil e do mundo.

E só concluo, aproveitando, aos Senadores que estiverem em Brasília – já é um outro assunto – que, segunda-feira pela manhã, vamos ter, na Comissão de Direitos Humanos, às 9 horas, um debate sobre a situação dos caminhoneiros no Brasil, pegando toda a realidade, encontros, desencontros. E eles sairão daqui e no outro dia vão ter um encontro com o Governo, coordenado, aquela equipe, pelo Ministro Miguel Rossetto, para que se faça o que eu chamo “a concertação definitiva do grande entendimento”, para que o caminhoneiro não perca mais com o frete. Eu repito aquela frase que ouvi de um deles: “Caminhão parado é prejuízo; caminhão andando é prejuízo redobrado”. Foi o que eles me disseram.

Mas está avançando. Eu sei que muitas empresas já atualizaram o frete. Vai sair desse encontro uma série de medidas, que vão na linha do entendimento e quem ganha com isso são os caminhoneiros, é o Brasil, é o povo brasileiro.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância. Fiz na íntegra o meu pronunciamento, pela tolerância de V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência recebeu da Liderança do PSDB os nomes para integrarem as Comissões Permanentes desta Casa, nos termos dos **Ofícios nºs 46, 48, 50, de 2015**.

Ficam designados os seguintes membros das Comissões: Tasso Jereissati para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Lúcia Vânia para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vaga destinada ao PSDB; e Antonio Anastasia para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

São os seguintes os ofícios:

Ofício nº 46/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Tasso Jereissat para integrar, como Titular, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

Ofício nº 48/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Lúcia Vânia para integrar, como Titular, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

Ofício nº 50/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Anastasia para integrar, como Titular, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em vaga destinada ao PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente,– Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Convido, então, para fazer uso da palavra, para não perdermos a lista de oradores, o Senador Fernando Bezerra. E, em seguida, o Senador Valdir Raupp, com quem eu faço permuta.

Senador Fernando Bezerra, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs Senadoras, Srs. Senadores, na última terça-feira, chamei atenção para os graves problemas hídricos que o Brasil enfrenta.

Problemas que o Nordeste, infelizmente, conhece tão de perto. Dois terços de Pernambuco, Estado de onde venho, estão encravados no Semiárido, com pouca água para a produção. Uma das mais viáveis alternativas para as regiões com baixa densidade de chuvas é a prática da irrigação.

Estudos do Banco Mundial demonstram que a agricultura irrigada é uma excelente ferramenta para o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico. Os números mostram que o crescimento do Produto Interno Bruto em locais onde há projetos de irrigação pode ultrapassar os 6% ao ano. Enquanto, na agricultura de sequeiro, os índices ficam na casa de 2,5%.

Sr. Presidente, eu sou uma testemunha da força da irrigação. Petrolina, a minha cidade, localizada no Vale do São Francisco, foi transformada a partir da agricultura irrigada. Graças às águas do Velho Chico e à força transformadora do nosso povo, o Vale hoje é uma das regiões mais prósperas do Brasil.

O Submédio São Francisco pode chegar a aproximadamente 300 mil hectares irrigados, sendo que hoje a capacidade instalada é de aproximadamente 120 mil hectares irrigados, onde se produz anualmente mais de 1 milhão de toneladas de frutas. Estamos entre os maiores produtores do mundo, com um faturamento anual que ultrapassa os R\$2 bilhões, sendo mais de US\$100 milhões o resultado das exportações de uvas e de mangas.

A região, chamada por muitos de Califórnia Brasileira, ainda é uma referência na produção de goiaba, coco, melão, melancia, acerola, maracujá, banana e cebola. Esse território, até o início dos anos 70 condenado à pobreza extrema, agora produz vinhos e espumantes finos, comercializados para o mercado interno e também para fora do País. O que muitos poderiam chamar de milagre, na realidade, é fruto de trabalho, pesquisa, coragem e planejamento.

A fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, que envolve Municípios do Estado de Pernambuco e do Estado da Bahia, gera – notem bem, Srs. Senadores – mais de 240 mil empregos diretos para homens e mulheres no campo. Para se ter uma ideia, a indústria metal mecânica no ABC Paulista emprega atualmente 150 mil pessoas.

Outro dado, Senadora Ana Amélia, é que o maior sindicato de trabalhadores do Nordeste é o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina, com mais de 50 mil associados. Portanto, a fruticultura irrigada é responsável por milhares de empregos na nossa região.

Sr. Presidente, estamos falando de uma atividade produtiva importante não apenas para o Nordeste, mas para todo o País. Afinal, os produtos colhidos no Sertão geram uma cadeia produtiva que se estende por vários Estados, englobando setores como logística, transporte, distribuição e varejo.

Pois bem, esse arranjo produtivo contempla grandes perímetros irrigados, que foram coordenados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, a nossa Codevasf.

Essas áreas cumprem tanto um papel econômico quanto social, pois a maioria de suas terras são ocupadas por pequenos produtores, pela agricultura familiar. No Vale do São Francisco, Senador Paulo Paim, os empreendimentos de fruticultura estão distribuídos em três categorias: os pequenos, com até 20ha, são responsáveis por 94% das propriedades; os médios, entre 20ha e 50ha, representam 4%; e os grandes, acima de 50ha, apenas 2%.

Tenho a obrigação de aqui relatar, Sr. Presidente, que hoje o Vale do São Francisco vive uma situação crítica pela escassez de água. O lago de Sobradinho está apenas com 18% da sua capacidade total, nível preocupante que ameaça diretamente a produção da fruticultura irrigada. É do lago de Sobradinho que são captadas águas para irrigar esses perímetros irrigados a que me refiro.

Nós vamos ter que aprofundar um debate nesta Casa, Sr. Presidente, sobre o uso da água. No Brasil, o uso da água é priorizado, de forma quase exclusiva, para a produção de energia, quando, em um território pobre como é o nosso, a água é instrumento de produção para a geração de emprego e de renda. É isso que preocupa os irrigantes do Vale do São Francisco, com um nível tão baixo de Sobradinho. Essas atividades produtivas não podem ficar à mercê de um colapso nas suas atividades.

Sr. Presidente, eu ocupo a tribuna nesta manhã de sexta-feira para chamar a atenção do Governo Federal, em especial do Ministério da Integração e da direção da Codevasf, para que nós consigamos atravessar este momento de crise sem ameaçar os milhares de empregos ofertados a tantas pessoas em Petrolina e em Juazeiro. É necessário tomarmos agora as seguintes medidas emergenciais sugeridas por diversas associações de produtores e de irrigantes da Bahia e de Pernambuco.

Ouço, com prazer, o aparte da Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador e ex-Ministro Fernando Bezerra, eu prestei atenção aos números e aos dados sobre a mudança do perfil econômico da região de Pernambuco, Petrolina, no Vale do São Francisco, provocado pelo uso sustentável e racional da água, e o Velho Chico mostrou a sua força e o seu vigor. Eu quero, em primeiro lugar, como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, dizer a V. Exª que ficaríamos muito gratos se pudesse, como suplente... Porque o bloco do seu Partido indicou apenas um titular, há, portanto, duas vagas de suplente. Mas, independente disso, quero muito contar com o seu apoio, porque eu penso que com esse tema, a água, com o exemplo de Petrolina, poderemos ampliar o debate porque há um impacto direto. E a água é o tema do momento em função de todos os problemas que estamos vivendo, seja no Acre do Senador Jorge Viana, com a enchente que é a maior da história, seja com a seca, também a maior da história, na Região Sudeste, isso com impacto sobre a produção de alimentos. Então, temos que discutir, e eu queria do senhor essa contribuição, pela relevância e impacto que tem em todo o Estado de Pernambuco. Como eu disse, como gaúcha de região da Serra, quando vi aquelas caixas de uva em Recife, perguntei de onde vinham e me responderam que eram de Petrolina. Lembro também Nilo Coelho, que trazia para os Senadores as frutas de lá, e era sempre uma festa. Mas eu gostaria de dizer a V. Exª que uma das dúvidas que eu tenho, como sulista e, talvez, por não viver a realidade do Nordeste, é a questão da transposição do São Francisco. Então, como o senhor comandou o Ministério da Integração Nacional e é um pernambucano que tem não só a visão regional, mas também nacional, eu gostaria de saber se, realmente, esse projeto é a saída ou a melhor alternativa para aquela região. Obrigado, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Agradeço pela disposição em tratarmos desse tema, que é de interesse dos produtores e irrigantes do Submédio São Francisco. Convocaremos as lideranças dessas associações de produtores para uma visita em Brasília, no sentido de instarmos o Ministério da Integração e a Codevasf. Levarei essas lideranças à Comissão de Agricultura do Senado Federal para, com o seu apoio, com o seu prestígio e com a influência da nossa Comissão, sensibilizar as autoridades federais para essas medidas emergenciais que, agora, passarei a apontar como sugestão dos produtores para vencer esse momento crítico.

Em relação à indagação sobre o projeto da transposição, eu não tenho dúvida de que o projeto da transposição inaugura uma nova política do Governo Federal para resolver a grande questão que, de certa forma, é um problema crônico no Nordeste brasileiro: a segurança hídrica.

Nós temos baixas precipitações. O Semiárido nordestino responde por mais de 70% do território da nossa Região, e não tenho nenhuma dúvida de que é preciso transpor água, para levar água, primeiro, para o abastecimento humano. Só para a senhora ter uma ideia, a capital do Ceará, Fortaleza, não entrou em colapso de água no ano passado em função das obras feitas pelo Governo Federal, notadamente o Eixão das Águas. Esse projeto, desenvolvido com recursos do PAC, pegou a água da barragem do Castanhão, construída à época do governo Fernando Henrique Cardoso, mas o canal de água foi implantado ainda nas administrações de Lula e da Presidenta Dilma. Essa água é que evitou que Fortaleza entrasse em colapso total de água. A transposição é uma obra importantíssima para oferecer a segurança hídrica para mais de seis milhões de nordestinos. Portanto, é uma obra importante e prioritária.

É evidente que, ao lado dela, nós temos que também cuidar de revitalizar e proteger os mananciais do Rio São Francisco. Além das obras de saneamento que estão em curso – e praticamente todos os Municípios da calha do São Francisco estão sendo alvo de investimentos na área de saneamento básico, para que não poluamos as águas do rio São Francisco –, é preciso fazer muito mais no que diz respeito, por exemplo, a construções de barragens nos tributários do São Francisco nos Estados de Minas Gerais e da Bahia. Setenta por cento das águas do São Francisco vêm de Minas e é preciso proteger as matas ciliares desses tributários do São Francisco e do próprio Rio São Francisco, para que, com o uso racional e sustentável da água do Velho Chico, possamos produzir energia, abastecer as cidades e as comunidades rurais, gerar emprego, como queremos, a

partir da agricultura irrigada, e também a calha do rio ser uma grande hidrovia para transporte de pessoas e de produtos. Portanto, eu acho que esse é um tema que, certamente, em outras ocasiões, será alvo de debate aqui, nesta Casa.

Eu retomo meu pronunciamento, Sr. Presidente, fazendo a citação das sugestões que são apresentadas pelas associações de produtores e de irrigantes de Petrolina e de Juazeiro.

A primeira sugestão: suspender o plantio de novas áreas internas e externas nos perímetros irrigados.

Segundo: adquirir, de forma emergencial, através da Codevasf, equipamentos de bombas flutuantes para bombeamento subsidiário das estações de bombeamento com os devidos quadros de comando e de subestações.

A terceira sugestão: realizar obras estruturais nos canais de chamada d'água, que permitam plena captação dos sistemas de bombeamento.

A quarta sugestão: regular o §1º do art. 25 da Lei nº 12.873, que é a Lei de Irrigação, aprovada e sancionada em 24 de outubro de 2013. Foi um trabalho do Congresso Nacional, que contou com o nosso apoio como Ministro da Integração Nacional, mas que, infelizmente, ainda não está regulada a questão da ampliação das 40 horas semanais do horário reservado.

A quinta sugestão: retirar a tarifa de bandeira vermelha dos consumidores cuja energia se destina à irrigação de áreas localizadas na região do Semiárido nordestino.

E, finalmente, um apelo para que a Codevasf dê sequência a um trabalho iniciado ainda na nossa administração, à frente do Ministério, que tem recursos previstos no Programa Mais Irrigação, que está contemplado dentro do PAC, é a promoção da modernização do sistema de irrigação nos perímetros irrigados, para otimizar o uso da água. Isso significa sair de sistemas de irrigação de alto consumo, como a irrigação por inundação ou a irrigação por aspersão, e irmos para o microgotejamento, que tem um baixo consumo de água e promove grandes produtividades.

Sr. Presidente, o Governo Federal tem a responsabilidade de atuar para que o um setor tão forte da economia regional e brasileira não sofra prejuízos irreparáveis, perdendo postos de trabalho e competitividade.

A fruticultura irrigada no Vale do São Francisco é o resultado do esforço de muitas pessoas, empreendido ao longo de tantas gerações. Esse legado não pode ser ameaçado por uma crise hídrica que estamos vivendo. Por isso, devemos agir com inteligência e responsabilidade, mas com um firme propósito de preservar um segmento que tantas riquezas traz ao Brasil, em especial ao Nordeste brasileiro.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador, eu tenho que lhe fazer um aparte. Primeiro, como sempre, Senador Fernando Bezerra, os meus cumprimentos pela riqueza de dados, de números. V. Ex^a, quando vai à tribuna ou faz um aparte, mostra um conteúdo que, para mim, é importante, é uma aula de conhecimento. Eu vim falar das mulheres e V. Ex^a me deu números, em nível internacional, que eu não tinha em meu pronunciamento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... e eu pedi que fossem colocados. V. Ex^a agora mostra a importância da água, valorizando-a na linha do alimento, da vida mesmo, e não só na linha da energia. Mas V. Ex^a me permita, eu vou cometer uma indiscrição. Quando V. Ex^a chegou aqui, hoje, pela manhã, V. Ex^a me deu uma notícia, Senador Jorge Viana, que eu fiquei muito feliz, que vai na linha do que eu e V. Ex^a temos defendido na bancada e com os Ministros. Ele me disse que, por iniciativa dele – permita, e espero que V. Ex^a não me deixe mal ou permita que eu minta ou não minta, V. Ex^a é quem vai avalizar agora –, V. Ex^a me disse que advogou junto ao seu Partido para que, nesse debate das MPs, o fim do fator previdenciário esteja contemplado. É a mesma posição que, tanto eu como o Senador Jorge Viana, temos defendido nas instâncias do Partido dos Trabalhadores e com Ministros. Só quero lhe cumprimentar pela boa notícia que me deu, ...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que vai criando uma condição de construirmos um grande acordo para eliminar essa chaga tão lamentável. Eu sei que o Senador Valdir Raupp já tem falado com o Senador Renan Calheiros, que ele é simpático também à ideia de, em cima das MPs... A gente consegue provar por A mais B que é melhor para a própria economia do Governo, porque o cidadão está se aposentando e continua trabalhando e, ali na frente, ele se desaposenta com salário integral. Então, está se construindo um grande entendimento, e a notícia que o nobre Senador Fernando Bezerra me deu hoje, pela manhã, fez com que eu lhe fizesse esse aparte aqui sem a sua autorização.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Paulo Paim, é com muita alegria que eu vou abordar. No tempo da Liderança do PSB, pedirei a transcrição de um documento emitido pela executiva nacional do PSB, que esteve reunida na tarde de ontem, quando faz uma análise da conjuntura político-econômica do Brasil hoje, trazendo uma série de sugestões para o debate político nas duas Casas – na Câmara e no Senado. E eu confirmo, com alegria, mas terei a oportunidade de, usando o tempo da Liderança do PSB aqui, no Senado Federal, falar um pouco mais desta posição, que é a recomendação do partido para as suas bancadas no Senado e na Câmara, e aproveitando o debate e a votação...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... das medidas que promovem o ajuste fiscal, propor a eliminação, a extinção do fator previdenciário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^as, Senador Fernando Bezerra e colega Paulo Paim.

Convidado para fazer uso da palavra, em permuta comigo – eu era o segundo inscrito, passei a ser o terceiro –, o Senador Valdir Raupp, que tem um pronunciamento muito importante sobre a situação por que passa Rondônia neste momento.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala sobre o tema de Rondônia, quero, mais uma vez – já fiz isso ontem, aqui, da tribuna do Senado –, reiterar nossas homenagens às mulheres, em nome da Senadora Ana Amélia, que se encontra aqui no plenário, Senadora pelo Rio Grande do Sul, e da Deputada Federal Marinha Raupp, minha esposa, que está aqui também no plenário, A todas as mulheres rondonienses e brasileiras, externar os nossos parabéns pelo Dia Internacional da Mulher. Mulheres guerreiras, como essas que estão aqui, a Senadora Ana Amélia e a Deputada Federal Marinha Raupp, que têm sido exemplo de dedicação, de tenacidade e de trabalho em defesa do povo dos seus Estados, assim como muitas mulheres.

Eu falava ontem, aqui, Sr. Presidente, da “Dama de Ferro”, a Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher, que acho que despertou o interesse nas mulheres do mundo inteiro, mostrando que as mulheres poderiam avançar, que as mulheres poderiam galgar posições inimagináveis até aquele momento. Hoje, há mulheres presidindo nações, mulheres governando Estados, mulheres presidindo grandes corporações, grandes indústrias, mulheres no Parlamento, no Senado, na Câmara Federal.

Enfim, as mulheres, hoje, podem tudo. As mulheres podem pilotar avião – eu mesmo já embarquei em um avião no Rio Grande do Sul, de Porto Alegre para São Paulo, cuja tripulação era composta por mulheres, piloto, co-piloto, todas mulheres. E não tive nem um pouco de medo, porque as mulheres são capazes. Senador Fernando Bezerra, Senador Jorge Viana, Senador Paim, lá do Rio Grande do Sul, mulheres gaúchas pilotando Boeing com toda a tripulação feminina. Então, as mulheres podem fazer parte da Nasa, pilotar naves espaciais e dirigir qualquer corporação e qualquer nação.

Portanto, parabéns. Nossas sinceras homenagens às mulheres do Brasil.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Valdir Raupp, eu queria agradecer. Estou muito bem acompanhada aqui da Marinha Raupp, que o senhor conhece bem, acho que conhece bem. (Risos.)

Eu queria lhe dizer que acrescentaria também nessa relação da referência à Margaret Thatcher, a “Dama de Ferro”, o espaço que Indira Gandhi teve no seu tempo, Golda Meir, em Israel, e, atualmente, a Hillary Clinton, nos Estados Unidos, além de várias secretárias de estado dos Estados Unidos que mostraram exatamente o protagonismo das mulheres, independente do julgamento do mérito das orientações políticas, mas pela força e o vigor que tiveram; e, agora, a Angela Merkel, na Alemanha, com sua permanência no governo, com a aprovação da população do seu país, que também está demonstrando; países nórdicos também têm no comando das suas nações – a Suécia, a própria Noruega, a Finlândia – a presença feminina, que é muito maior nos Parlamentos e também nos Poderes Executivos. Então, eu queria apenas acrescentar e destacar sua correção de ter feito referências ao papel da Margaret Thatcher. Inclusive foi feito um filme A Dama de Ferro, mostrando o outro lado, o lado mais humano dessa líder inglesa. Muito obrigada pela gentileza e pela homenagem que faz às mulheres, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, que trouxe contribuições importantes.

E Hillary Clinton, que agora é pré-candidata à presidência dos Estados Unidos. (*Risos.*) Acho que nunca houve uma mulher, é a primeira mulher americana a presidir aquele país um pouco machista, os Estados Unidos.

Há o primeiro negro, que termina já o segundo mandato, e a primeira mulher que poderá ser candidata e eleita à presidência dos Estados Unidos.

Mas, Sr. Presidente, entro agora no meu pronunciamento. Antes ainda, quero registrar a presença do Secretário de Estado da Saúde de Rondônia, Dr. Pimentel, que foi Secretário da Saúde da capital por oito anos e fez um excelente trabalho, reconhecido no Brasil, reconhecido pelo Ministério da Saúde e por outros Estados, que quiseram levá-lo. Certa vez, quando terminava sua gestão como Secretário municipal de Porto Velho, a ex-Deputada, hoje Prefeita de Boa Vista, Teresa Jucá, quis levá-lo para Boa Vista, para Roraima. Mas aí o Governador do Estado Confúcio Moura, eleito governador, do nosso partido, convidou-o para assumir a Secretaria de Estado de Saúde, e deu uma dinâmica importante. Fato é que a saúde de Rondônia é outra, depois da ascensão do Secretário Williames Pimentel à frente da pasta da Secretaria da Saúde do Estado de Rondônia.

Mas, Sr. Presidente, trago agora um tema um pouco triste, um pouco chato, mas terei que falar do que ocorreu, ontem, lá no meu Estado de Rondônia.

Ontem assistimos, com preocupação, ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, meu Estado, decidir, por quatro votos a três, pela cassação do diploma do Governador Confúcio Moura, reeleito Governador, do meu Partido, o PMDB, e seu Vice, Daniel Pereira, do PSB, por abuso de poder econômico. As notícias veiculadas informavam que a decisão compreendia também compra de votos, o que, absolutamente, não é verdadeiro.

Trata-se de uma ação de investigação judicial eleitoral, proposta pela coligação adversária, sob o fundamento de que houve abuso de poder econômico que teria beneficiado o nosso candidato.

O argumento é de que esse abuso de poder ocorreu em virtude do fornecimento de alimentação aos convencionais – vejam bem, fornecimento de alimentação aos convencionais – e filiados do partido, por ocasião da convenção realizada no dia 29 de junho de 2014.

Lembro-me, perfeitamente, da nossa convenção, realizada na sede da casa de eventos denominada Talmã. A coligação vitoriosa foi formada por nove partidos. Eu estava lá na mesa, era, naquele momento, Presidente do PMDB nacional. A convenção estava sendo presidida pelo meu primeiro suplente no Senado, que é o Presidente em exercício do PMDB de Rondônia, Dr. Tomás Correia. Estiveram presentes filiados e convencionais de todos os rincões do Estado, desde os mais distantes, como caravanas de Cerejeiras, extremo sul do Estado, de Colorado, Vilhena, Cabixi e Guará-Mirim, lá no extremo norte, e de outras. Todas as cidades de Rondônia estavam lá presentes, com seus convencionais.

O processo chegou a julgamento final no dia de ontem, com parecer do Ministério Público Eleitoral pela improcedência da ação – vejam bem, pela improcedência da ação –, que se manifestou duas vezes, por escrito, nos autos e, inclusive, em Plenário, na sessão.

O resultado do julgamento demonstra que o mesmo foi alvo de muitos debates e polêmica, pois teve início no dia 11 de fevereiro e, depois de vários pedidos de vista, terminou ontem.

Tenho profundo respeito, Sr. Presidente, pela Justiça Eleitoral, em especial pelos membros do Tribunal Regional, os quais conheço todos, são pessoas honradas e compromissadas com a justiça.

Entretanto, não posso concordar com tamanho equívoco. A gente assiste a convenções e participa delas há anos, há décadas. A distribuição de alimentação aos convencionais e partidários ocorre sempre. Não há qualquer abuso de poder nisso, até porque, Sr. Presidente, quem paga são os partidos, e não os candidatos. No momento da convenção, ainda não há candidatos. Os candidatos são homologados no final do dia, às 17h, quando se encerra a convenção e são declarados os candidatos eleitos ali, que ainda não têm registro, ainda não podem nem fazer campanha, distribuir panfletos ou material de campanha, porque não são candidatos. Então, que mal há em os partidos políticos pagarem a alimentação para os convencionais?

Imaginem, Sras e Srs. Senadores, aquelas pessoas que visitaram a convenção realizada em local distante do centro da cidade de Porto Velho, particularmente aqueles convencionais e partidários que vieram em caravana, não terem um copo de água, uma alimentação mínima sequer, um lanche!

As convenções nacionais do PMDB – e acredito que todas as convenções nacionais dos demais partidos – servem refeições, servem lanches, servem água. Até aqui dentro do Congresso! E quem paga? Há um ditado, Senador Fernando Bezerra, muito popular, muito comum, que diz que não existe almoço e jantar de graça. Alguém tem de pagar a conta, e são os partidos que pagam essa conta.

O PMDB, historicamente, nas suas convenções, fornece passagem para os convencionais. Como é que um convencional lá do Acre – vou citar aqui o Flaviano Melo, ex-Senador, hoje Deputado Federal, ex-Governador do Estado do Acre, que é convencional, é Presidente do PMDB do Acre – vem com sua equipe de convencionais, de delegados lá do Estado do Acre, pagando passagem, pagando hotel, pagando alimentação, para votar na

convenção? Como é que vem lá do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul? Todos os Estados brasileiros têm convencionais.

O PMDB fornece a passagem, o PMDB fornece a alimentação, o jantar de boas-vindas, porque vêm no dia anterior e, no outro dia de manhã, começa a convenção. O PMDB fornece o lanche e o almoço, se tiver, no dia da convenção para esses convencionais. Sempre aconteceu esse tipo de alimentação nas convenções – e acredito que os outros partidos também tenham feito a mesma coisa.

Ora, todos sabem que o relator, o desembargador – porque o relator desse processo foi um desembargador, Sr. Presidente, do Tribunal de Justiça de Rondônia –, assim entendeu que as pessoas que lá compareceram eram pessoas compromissadas com os seus partidos e com as candidaturas do Governador Confúcio Moura e do seu Vice, que lá foram homologadas, com a formação da coligação que se sagrou vitoriosa nas urnas. Eram vários partidos que estavam lá, não era só o partido do Governador. Na convenção, foi homologada a candidatura do Senador Acir Gurgacz, do PDT, que fazia parte da coligação; do Vice, de quem já falei, Daniel Pereira, do PSB; dos Deputados Federais e Estaduais. Não era só o do Governador, e não foi ele quem pagou essa conta. Portanto, não vejo aqui abuso econômico nenhum nessa convenção.

Ressalto que é absolutamente correto o entendimento do Desembargador Roosevelt, que foi o relator desse processo, com parecer favorável, quando afastou a hipótese de abuso de poder. Creio que a justiça será feita junto ao Tribunal Superior Eleitoral em Brasília, pois os recursos serão naturalmente interpostos. Dessa forma, o Governador permanecerá no cargo até o julgamento dos recursos, que têm efeito suspensivo.

Portanto, tranquilizo a população rondoniense, porque o Governo segue sem qualquer descontinuidade. Portanto, o Governador Confúcio Moura continuará no Governo, no exercício do seu mandato, até que o processo seja julgado. O Governador Confúcio Moura é um homem honrado, sério, não pode e não deve se abalar com essa decisão.

O Governador Confúcio esteve a semana inteira aqui, em Brasília, em audiências em vários ministérios: Ministério do Planejamento, das Cidades, dos Transportes, da Saúde, enfim, vários ministérios, levando os recursos de investimentos, acompanhado por toda a Bancada federal nessa peregrinação dele aqui em Brasília, nesta semana.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao nobre Senador, Ministro Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Valdir Raupp, eu queria trazer também a nossa solidariedade, em nome do PSB, em relação a essa decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Ontem, o Partido fez uma reunião da sua Executiva Nacional e todo o Partido estará mobilizado para acompanhar a discussão desse recurso no Tribunal Superior Eleitoral, porque nós concordamos com todas as colocações que V. Ex^a está fazendo da tribuna desta Casa. E quero pessoalmente dar um testemunho em favor do Governador Confúcio Moura. Eu, como Ministro da Integração Nacional, estive em Rondônia e recebi por diversas vezes o Governador Confúcio Moura no meu gabinete. É um homem da política com "p" maiúsculo, dedicado, esforçado, colocando os interesses do seu povo e do seu Estado à frente das suas decisões. Portanto, tenho absoluta certeza de que a justiça vai prevalecer e Rondônia terá o privilégio de continuar assistindo à administração exitosa e vitoriosa que o Governador Confúcio desenvolve lá no seu Estado. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado pela contribuição e pela disposição para nos acompanhar nessa empreitada, porque o Vice-Governador é do seu partido, o PSB. Temos prefeitos importantes no Estado, da capital, da primeira e da segunda cidade de Rondônia também, do PSB. O Governador tem uma parceria muito estreita de cooperação, de colaboração com os governos do PSB, das prefeituras no Estado de Rondônia.

Jamais, Sr. Presidente, compartilharia com alguma ilegalidade em sua eleição. Deve, sim, continuar seu trabalho – falo do Governador – incansável em prol do povo de Rondônia, reconhecido nas urnas com sua reeleição – repito, o Governador foi reeleito –, reeleito pelo trabalho que realizou na educação, sendo premiado com a 8^a posição no IDEB. Em 27 unidades da Federação, Rondônia, um Estado novo, ficou em 8º lugar na educação pelo trabalho sério, dedicado que tem feito, como aqui já disse, na área da saúde, da segurança pública, da infraestrutura, da agricultura e pecuária, da agroindustrialização, que é uma das suas vocações desde quando foi Prefeito e Deputado Federal, ao levar incentivos à agroindústria de Rondônia, enfim, na geração de emprego e renda para a população de Rondônia.

Espero que a justiça prevaleça e que essa decisão seja revista para o bem do Estado e do povo de Rondônia. Era o que tinha, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a. E não na condição de Vice-Presidente, mas como Senador da região e do Acre, eu queria ser solidário com V. Ex^a no discurso

com o Governador Confúcio, que eu conheço desde os tempos de Prefeito. Sei que é um cidadão que pode ter as falhas que todos nós temos, mas é uma pessoa honrada, uma pessoa que procura fazer o melhor pelo seu Estado. E sei que ele é zeloso à frente do Governo de Rondônia pela aplicação da lei.

Então, fica aqui, Senador Raupp, a minha solidariedade pessoal tanto ao Governador quanto ao Vice. Eu já tive um episódio parecido com esse lá no Acre, a população foi para a rua e depois, num recurso aqui para o TSE, por unanimidade, os juízes me deram o direito de disputar a minha reeleição e eu tive o maior percentual de votos do Brasil naquele ano de 2002, como candidato ao Governador do Acre.

Então fica aqui a minha solidariedade ao Governador Confúcio.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado. Transmitirei logo mais ao Governador a solidariedade de V. Ex^a. E gostaria também de me solidarizar com V. Ex^a e todo o povo acreano pela enchente histórica que está acontecendo este ano no Acre. Tivemos, no ano passado, uma enchente histórica, a maior dos últimos 70 anos em Rondônia. Mais de 20 mil pessoas sofreram, foram desalojadas por praticamente três meses ou mais. E quero, neste momento, me colocar à disposição, junto com o Estado de Rondônia, já que me parece que este ano não teremos a mesma enchente, a enchente do tamanho que tivemos no ano passado, mas infelizmente está assolando, neste momento, o Estado do Acre, sobretudo a capital, Rio Branco.

A nossa solidariedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O rio já baixou, nas últimas 30 horas, 40 centímetros.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas, mesmo tendo baixado 40 centímetros, porque ele estava com 18m40, segue sendo ainda, nessa quota, a maior cheia da história, porque a cheia maior já registrada foi em 97, quando o rio alcançou 17 metros e 66 centímetros.

Então, nós já tivemos uma baixa felizmente. Essa é a melhor notícia que estamos tendo nas últimas trinta horas. Eu vou, amanhã cedo, junto com o Ministro Gabas, para Rio Branco, lá ontem, e adiei para ver se consigo ajudar aqui no encaminhamento de algumas questões que o Governador Tião Viana pediu. Cada está procurando fazer o que pode na sua função para ajudar. E eu já, já vou fazer um discurso, inclusive atualizando os dados da cheia e também agradecendo a todos que estão nos ajudando a vencer esse momento de extrema dificuldade no Acre.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Tenho certeza de que, com o apoio do Governo Federal, com a Defesa Civil nacional, com os Ministérios, com a Defesa Civil do Estado do Acre, vocês vão conseguir fazer o socorro, o acolhimento e, depois, a reconstrução daquilo que, certamente, as cheias vão destruir.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a e também permutei com a Senadora Ana Amélia. Ela já fala, e, por último, eu faço o meu pronunciamento.

Espero que algum colega possa ocupar a Presidência, para que eu possa fazer o uso da palavra após...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Estou à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra V. Ex^a, Senadora e boa amiga Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador, permita-me fazer uma confidência. V. Ex^a como eu fomos convidados a um compromisso da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, pela Fundação Lemann, e V. Ex^a, solidário e comprometido com os habitantes do seu Estado, o Acre, acabou abrindo mão, à última hora, pela gravidade da situação.

Eu queria, então, dizer isso aqui da tribuna, porque eu considero a atitude de V. Ex^a... Eu abri mão antes, porque a nossa agenda estava afunilando. A gente atrasou muito votações relevantes que estavam na pauta, pela demora na composição das comissões permanentes. Mas eu quero, de público, dizer a V. Ex^a que esse é o gesto que diferencia os políticos que têm um compromisso muito, muito sério com a sua população.

V. Ex^a abriu mão de estar nos Estados Unidos, num evento muito importante, para debater a educação, e eu sou testemunha desse gesto.

Então, parabéns, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu tomo a liberdade de, primeiro, agradecer as palavras.

De fato, eu não poderia, não teria o direito de, na hora em que o povo do Acre enfrenta seu maior problema, me deslocar e me ausentar do País. Eu já estava com passagem comprada...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Como eu também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... todo o processo aprovado, e eu cancelei a viagem.

Claro, para fazer um debate, como bem colocou V. Ex^a, o Senador Cristovam deve estar participando...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ele nos representa bem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ele nos representa bem na Universidade de Yale, a convite da Fundação Lemann. Mas haverá outra oportunidade. Eu só não poderia, na hora em que o Acre enfrenta, talvez, o seu maior desafio, a população de Rio Branco vivendo um estado de calamidade pública, seguir, como se nada estivesse acontecendo.

Ao contrário, em uma semana eu fui três vezes ao Acre e estou indo a quarta vez amanhã. Estou nesse vai e volta. E também, saindo desta sessão, vou cuidar de algumas audiências, a pedido do Governador Tião Viana e do Prefeito Marcus Alexandre, porque eu acho que, aí sim, é como eu posso servir mais o meu Estado.

Amanhã cedinho irei com o Ministro Gabas para lá. Vamos trabalhar uma melhor assistência ao pessoal da previdência e ficar lá, junto, ajudando. Tomara que amanhã comece, para alguns, a volta para casa, que é a hora difícil, dolorosa, quando a pessoa chega em casa...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Tudo destruído.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e vê que está tudo destruído e vai ter que começar limpando...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Aparelhos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... lavando o que sobrou. Começar uma nova vida.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Isso é preciso ser registrado, porque a nossa classe política é tão... É mal vista. Há muito motivo para isso. Não vamos esconder, não somos avestruzes, mas é preciso mostrar o comprometimento. Então, o seu gesto, para mim, é revelador do seu compromisso com o interesse da população e o seu envolvimento pessoal.

Aliás, faço testemunho também. Os demais Senadores da Bancada do Acre da mesma forma têm estado presentes nesse processo. V. Ex^a, é claro, irmão do Governador, com mais razão também de estar envolvido na atenção e na busca de soluções emergenciais para a população atingida.

Mas, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nós... E, antes de falar, todos aqui fizemos referência ao Dia Internacional da Mulher, que será amanhã, e, como mulher, não poderia deixar de mencionar, mas deixarei isso para o fim, para o encerramento do meu pronunciamento, porque também o que vou falar agora interessa muito a mulheres e homens, porque a questão é relacionada a preservar o direito de trabalhadores.

Estamos cuidando diariamente em relação ao que está acontecendo com a Petrobras. Os trabalhadores ativos dessa grande empresa... Até está se criando uma frente de fortalecimento da Petrobras. Eu penso que todo esforço para preservar a companhia, que tem um peso relevante na economia brasileira, a Petrobras, é fundamental.

Então, nosso objetivo aqui, Senador Jorge Viana, Senador Fernando Bezerra, é exatamente tratar a questão da Petrobras com a seriedade e a responsabilidade que o tema merece.

Nós não podemos apenas, digamos, tentar acobertar os chamados malfeitos dentro dessa empresa, que tem um lado extremamente preocupante. Nós percebemos um descuido com a chamada governança, a boa governança, que agora trata...

Eu desejo sinceramente que esse episódio, esse escândalo que envolve a Petrobras tenha como efeito didático, como lição uma nova forma de governança, com mais técnicos cuidando de uma empresa que deveria ter a sua expertise na área do petróleo, que é uma área tão competitiva internacionalmente e com impacto, o que aconteceu com a Petrobras em todo o País, como na Pernambuco, do Senador Fernando Bezerra.

No meu Estado, Senador, nós temos um polo naval, temos um polo petroquímico em Triunfo que, digamos assim, foi o grande salto de diversificação econômica do Rio Grande do Sul, centrado na produção do campo, na agropecuária. Depois, com a chegada da GM, houve uma diversificação. Já havia um polo metal-mecânico e também moveleiro na região de Caxias do Sul e no seu entorno extremamente significativo, pela capacidade de o empreendedor do meu Estado, o empreendedor gaúcho, enfrentar muitas dificuldades, de toda ordem. Então, cresceu, diversificou a economia.

E o polo naval, que foi uma iniciativa da Presidente Dilma e já no Governo Lula, mudou totalmente o perfil econômico da região sul do Estado, da chamada metade sul, particularmente do litoral, que era uma zona extremamente deprimida, muito concentrada, de pouca produção pecuária, com produção de arroz e algumas lavouras. Na área de serviços também se abriu, digamos, um leque de oportunidades para serviços como restaurantes, hotéis e na área de prestação de saúde. Então, aquilo mudou totalmente.

Esse sonho, Senador, ele perde aquela alegria, aquele otimismo, e fica uma sensação de frustração pelo que está acontecendo. E o lamentável é que agora, olhando outras áreas, como a previdência privada da Petrobras, no caso, o Fundo Petrus, da mesma forma, há uma séria preocupação com o futuro desse fundo de pensão, que é a aposentadoria complementar para aqueles servidores que já estão recebendo a aposentadoria complementar, com aqueles outros 80 mil ou mais servidores que aguardam e colocam a sua poupança nesse fundo para ter, no futuro, assegurada uma aposentadoria mais adequada depois de tanto tempo de dedicação à empresa.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senadora Ana Amélia, eu queria parabenizar V. Ex^a pela oportunidade do seu pronunciamento nesta manhã de sexta-feira, aqui no Senado Federal, no sentido de refletirmos não sobre os problemas que a Petrobras está enfrentando, mas sobre os caminhos para resolver esses problemas. Precisamos ter muita serenidade, muita calma, muito discernimento para não misturar assuntos distintos. A Petrobras, através de uma política de conteúdo nacional que alguns criticam... Eu gostaria, inclusive, de resgatar aqui uma das críticas que fazem à Presidenta Dilma, ao Presidente Lula, no que diz respeito à desindustrialização que o Brasil experimenta. O Brasil, na época de Juscelino Kubitschek, tinha na indústria 25% da formação do seu PIB, e, hoje, o setor industrial representa menos de 15% do PIB brasileiro. Então, ao longo dos últimos 50 anos, nós estamos amargando uma perda de prestígio da indústria nacional, mas é preciso reconhecer que a política de conteúdo nacional, definida pela Petrobras, importa, sim, aos interesses estratégicos do Brasil e interessa, sim, à indústria nacional. V. Ex^a traz aqui o impasse, os desafios que agora se colocam para a indústria naval brasileira, que praticamente desapareceu na década de 70. O Brasil chegou a ter a segunda maior indústria naval do mundo, perdendo apenas para o Japão. Essa indústria sumiu do mapa da indústria nacional, e, com os investimentos da Petrobras, sobretudo os investimentos realizados para transporte de produtos e os investimentos para sondas de exploração de petróleo na área do pré-sal, criaram-se as condições para o ressurgimento de uma grande indústria no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, na Bahia e no meu Estado, em Pernambuco, onde temos, hoje, a presença de dois grandes estaleiros. Portanto, temos que saber separar o joio do trigo. A iniciativa de produzirmos navios e sondas aqui tem que permanecer; ela precisa continuar para não abrirmos a guarda e voltarmos à política de importação de embarcações e de sondas, como era feito no passado, quando se fretavam esses equipamentos para a exploração do nosso petróleo e os empregos eram gerados lá fora. O que temos hoje, apesar dos equívocos... Eu reconheço, eu admito que houve muitos desencontros na política econômica da Presidenta Dilma, mas é preciso também destacar que, nesse período, o Brasil conseguiu produzir quase o pleno emprego. A economia nacional rodou o ano passado com o nível de desemprego mais baixo da sua história. E nós não podemos nos perder no debate dessa crise política, moral, ética; a crise federativa que já está instalada, pela redução da arrecadação de tributos federais e que rebate com mais força nos Municípios. Não podemos perder de vista iniciativas importantes, corajosas, ousadas que foram tomadas pelo governo do Presidente Lula e pelo Governo da Presidenta Dilma para que o Congresso Nacional possa ter a coragem de defender – porque trata-se de defender – os empregos de brasileiros; trata-se de defender a possibilidade de ressurgimento da indústria gaúcha. No meu Estado, Pernambuco, as projeções indicam que no final deste ano a indústria pernambucana responderá por mais de 26% do PIB do Estado. E a indústria pernambucana era uma indústria decadente, baseada apenas na indústria do açúcar e do álcool. Pernambuco viu surgir um polo petroquímico, uma refinaria, um polo naval, um polo automotivo. Portanto, aqui nesta Casa, nós não iremos misturar temas que são distintos e que vão precisar de posicionamento firme para que não vejamos políticas importantes serem tragadas em função de problemas que não dizem respeito àquilo que interessa de perto ao povo brasileiro, que é a manutenção do nível de emprego. Parabéns pela oportunidade do pronunciamento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria agradecer imensamente essa valiosa colaboração e que esse aparte de V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra, fique como parte integrante deste meu pronunciamento.

Eu endosso inteiramente esse ponto de vista, de nós buscarmos agregar valor. Critica-se tanto o nosso País por ser um exportador de *commodities* – é o minério de ferro, ou a soja, ou a carne, porque vai semielaborada. Nós temos, sim, que agregar valor, com essa visão nacionalista de desenvolver setores estratégicos. Se temos esse *cost*, se temos capacidade, se somos um País exportador, precisamos mudar a lógica da importação. Num período de vacas gordas, a importação a dólar baixo é muito fácil.

Mas é essa que destrói a nossa indústria, é essa que cria os problemas. Na medida do fomento a um setor estratégico como a indústria naval, o que aconteceu, como revelou V. Ex^a, no meu Estado, em Pernambuco e em vários Estados? Nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro? Muda tudo. É uma indústria altamente tecnológica, sofisticada, que entra tecnologia da informação como entra o aço, como entra tudo e várias categorias

de profissionais que estão trabalhando nisso. A engenharia nacional, nós, que produzimos a Embraer, Senador Fernando Bezerra, que exportamos aviões que estão voando no mundo inteiro, 70% dos voos no Aeroporto Ronald Reagan, em Washington, Capital dos Estados Unidos, são aviões nossos, na aviação comercial, 70%.

Ora, é claro que, se conseguimos da Embraer, que não é tão falada, chegar a este ponto, por que perdemos com a Petrobras pela má governança? É uma questão de governança, de gestão. Então, é isto que temos que ter em conta e compartilho inteiramente com V. Ex^a: essa importância estratégica do Governo. Não podemos deixar que o escândalo destrua a empresa e vamos salvá-la de qualquer maneira.

Como eu estava dizendo, essa questão da crise que envolve a nossa estatal, claro, entra também no que vai acontecer com o Polo de Triunfo, onde as empresas que dependem do fornecimento da Petrobras, das matérias-primas, como a nafta, por exemplo, estão aguardando definição e não sabem qual será o futuro, incerto para novos contratos de fornecimento desta matéria-prima.

Uma empresa polonesa está para se instalar no Rio Grande do Sul com um investimento de quase US\$ 1 bilhão e está aguardando também uma definição desse fornecimento. Como é que uma empresa que vai transferir a sua tecnologia para o Brasil, para o Rio Grande do Sul, vai ter a segurança de que vai ter a matéria-prima necessária, se ela vai ter o tratamento em todas as questões, como isso vai acontecer?

Então, toda esta crise está impactando também sobre a decisão de grupos importantes que querem ampliar os investimentos nesse enorme mercado. O olhar que tem o investidor estrangeiro é pelo tamanho do nosso mercado. Estamos com uma dificuldade momentânea, mas o Brasil tem uma capacidade enorme de superar as suas dificuldades, o povo brasileiro fará isso e o gestor e o empreendedor farão isso.

Então, essa questão de que a Polícia Federal está abrindo inquérito para tentar apurar irregularidades no fundo Petros é uma ação importante, reforçando a necessidade de uma gestão transparente e segura, não só do fundo Petros, mas de todos os fundos de pensão, sobretudo nas empresas estatais.

A previdência complementar, precisamos destacar, é um importante setor social e econômico que exige boa governança, principalmente nos momentos de incerteza e de crise. Afinal, o que ele está gerindo é a poupança do empregado aposentado ou que está na ativa, da vida dele. Por isso é fundamental que a gente preserve todos esses direitos e, sobretudo, esse capital, que é do trabalhador da Petrobras.

Levantamento feito por participantes do Petros – o fundo de pensão da Petrobras – indica que os prejuízos do fundo, entre 2010 e 2014, causados por aplicações e investimentos malfeitos, superam os R\$ 9 bilhões. Nove bilhões de perdas.

As contribuições de funcionários, é bom que se diga, são depositadas fielmente nesses fundos com o justo e claro objetivo: garantir, no futuro, uma aposentadoria digna! Preservar esse direito é, por isso, obrigação dos gestores públicos. Existe uma secretaria de previdência complementar encarregada disso. E nós já tivemos recentemente o caso Aerius, que tem que servir de referência para que não possamos repetir erros e prejuízos especialmente aos participantes desses fundos de pensão.

No caso do fundo Petros, as motivações para a mais recente investigação da Polícia Federal foram, segundo a imprensa, as declarações do advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, um dos auxiliares do doleiro Alberto Youssef, que apontou, em depoimento à Polícia Federal, no ano passado, uma conexão entre o Petros, Youssef e gestores políticos. O doleiro foi preso durante a Operação Lava Jato, que, como todos sabem, investiga desvio de dinheiro e pagamento de propina em contratos da Petrobras.

Tanto os gestores do fundo de pensão da Petrobras quanto os citados no esquema negam que os recursos previdenciários da estatal tenham sido usados indevidamente. Tomara que isso seja mesmo verdade.

Para evitar dúvidas sobre a gestão desses fundos, apresentei dois projetos de lei, o PLS 379/2014 e o PLS 380/2014, ambos em tramitação nesta Casa, que modernizam e tornam mais segura e transparente a gestão dos fundos de previdência complementar das empresas públicas estatais. Esses projetos foram construídos com intenso debate, e, desde 2013, temos consultado especialistas nesse assunto e, também, os patrocinadores dos fundos de pensão e seus participantes. São mais de cem fundos de pensão existentes em todo o País, incluindo, por exemplo, os grandes fundos, como os dos funcionários dos Correios (Postalis) e do Banco do Brasil (Prev).

Para desenvolvermos essas propostas legislativas abrangentes, analisamos também as sugestões já apresentadas por outros Parlamentares sobre o tema previdência complementar, como as do Senador Paulo Bauer, do PSDB de Santa Catarina, e do ex-Deputado Ricardo Berzoini, agora Ministro das Comunicações, do PT de São Paulo.

Na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, ouvimos o ex-Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), José Maria Rabelo, cargo ocupado hoje por Carlos Alberto de Paula.

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, colhemos informações com a Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, a Federação Nacional das Associações de Aposentados,

Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petros, o Grupo em Defesa dos Participantes da Petros e também com as Associações dos Participantes dos Fundos de Pensão (Anapar) e dos Profissionais dos Correios.

Naquela ocasião, também participaram desses importantes debates o Senador Paulo Paim, meu colega do PT do Rio Grande do Sul, e o Senador, agora Governador do Piauí, Wellington Dias, do PT daquele Estado.

Enfim, após esse trabalho, reconheço que ocorreram avanços, passados mais de treze anos desde a criação e aprovação do marco regulatório do sistema de previdência complementar, que é a Lei 108, de 2001.

O setor da previdência complementar dos órgãos e empresas vinculadas à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal conseguiu se institucionalizar de maneira inegável. No entanto, são necessários ajustes e alguns aperfeiçoamentos nos dispositivos da Lei, sem que isso comprometa, obviamente, os avanços até aqui conquistados. É preciso garantir o adequado desenvolvimento dos fundos de pensão das empresas públicas estatais para evitar falhas na gestão desses fundos e o uso indevido ou o uso que vá prejudicar a aplicação adequada do recurso que pertence aos servidores. É esse o ponto-chave da questão relacionada aos fundos de pensão.

Em primeiro lugar, é preciso, como proponho no PLS 379/2014, melhorar a estrutura de governança das entidades fechadas de previdência. As contribuições dos patrocinadores nunca superam as dos participantes. São, ao contrário, contribuições proporcionais paritárias.

No entanto, os representantes dos patrocinadores têm mais poder no órgão máximo de decisão das entidades, pois detêm o voto de qualidade, assim chamado, que desempata, a seu favor, as decisões em caso de empate. Quer dizer, o patrocinador tem mais força do que os participantes e deveria ser mais democratizado para um controle maior. Assim, é preciso eliminar esse voto de qualidade, restabelecendo o equilíbrio entre participantes e patrocinadores.

A figura do Tribunal de Contas da União, como órgão adicional de fiscalização e controle das entidades fechadas de previdência complementar, cujos patrocinadores são entes públicos, também é, a meu ver, uma medida extremamente relevante e necessária. A independência e a qualidade técnica de um órgão como o TCU, neste caso, pode, sem dúvida, agregar maior poder de supervisão e de fiscalização sobre essas entidades. É preciso, também, que as presidências dos conselhos deliberativo e fiscal passem por rotatividade anual.

Outro aspecto que merece ajuste é o da estabilidade dos dirigentes. A atual legislação, infelizmente, não esclarece o tipo de estabilidade que deve ser garantido ao conselheiro deliberativo e não especifica situações em que o conselheiro pode ser destituído do seu cargo. É necessário, por isso, deixar claro que a estabilidade concedida refere-se ao mandato e ao emprego. Esta condição é indispensável, principalmente para os membros eleitos pelos participantes e assistidos, pois isso lhes dará maior autonomia e liberdade de votar e defender os interesses dos participantes que os elegeram, principalmente quando a decisão tratar de assuntos que podem não ter a concordância dos patrocinadores.

Também é preciso haver duas novas atribuições ao conselho deliberativo: a aprovação do orçamento anual e do balanço das entidades de previdência e a aprovação do plano de custeio, ou seja, das contribuições pessoais e patronais necessárias para a cobertura dos benefícios previstos no plano. Também afirmo, no nosso PLS 379/2014, que é preciso que o nosso plano de custeio de periodicidade mínima anual seja matéria de extrema relevância, tanto para o patrocinador quanto para o participante, pois define o quanto cada um vai desembolsar para a cobertura dos benefícios futuros. É necessário ainda que no caso de interesses conflitantes, entre patrocinadores e participantes dos fundos, tais decisões sejam tomadas, necessariamente, ...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... com o voto – já estou terminando, Sr. Presidente – da maioria absoluta dos membros do conselho deliberativo, de tal maneira que nem os representantes dos patrocinadores nem os dos participantes e assistidos decidam sozinhos sobre esses temas. Esse é o compartilhamento de responsabilidades.

Já no PLS 380/2014, proponho também garantias aos trabalhadores, para que os participantes e assistidos tenham seus direitos protegidos e assegurados com respeito ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.

Enfim, são ajustes na lei que visam a preservar e desenvolver, com segurança e transparência, esse patrimônio, que nos países, como nos Estados Unidos e nas economias europeias, o fundo de pensão ou apontador complementar é uma grande fonte de recursos para aplicar em desenvolvimento, mas em projetos seguros e de retorno garantido, como, por exemplo, a indústria naval poderia ser. Há outros setores em que o Brasil precisa fazer investimentos, como a área habitacional e tantos outros, e até saneamento básico, Senador Fernando Bezerra. Assim é que essas iniciativas têm por objetivo tão somente proteger o patrimônio e a poupança dos participantes dos fundos de previdência complementar.

Senador Jorge Viana, o senhor que é um feminista, que apoia as mulheres, apoiou aqui todas as manifestações dos Senadores que me antecederam, todos homens e todos falando e destacando o papel das mulheres. Eu, como cheguei a esta Casa depois de quase quarenta anos na área da comunicação, procurei mostrar que a política realmente é um espaço em que podemos trabalhar de maneira séria, com responsabilidade, com independência. É a nossa missão aqui, Senador Fernando Bezerra, e partilhamos dessa mesma escola, desse mesmo ponto de vista. O que é bom a gente cuida, a gente preserva, a gente ajuda, independentemente de quem esteja no Palácio do Planalto. Se o meu partido está dentro ou está fora, não interessa, eu tenho responsabilidade com o País e com o meu Estado. Então, é isso que a gente tem que pautar.

É uma atividade necessária, fundamental, a atividade política, mas ela é perversa. Para as mulheres ela é perversa. Perversa por quê? Porque a mulher é dona de casa, ela é mãe, ela é profissional, ela tem que cuidar do marido, ela tem que cuidar dos filhos, ela tem que cuidar da gestão da casa.

No Brasil ainda não há um compartilhamento ideal para cuidar dos filhos pequenos, o marido ficar em casa e a mulher ir trabalhar. Ainda há um conceito um pouco equivocado, machista demais. Pernambuco e o Rio Grande são muito parecidos, Senador, muito parecidos nesse ponto. A gente, quando ia a reunião social, a um jantar ou outro evento, um aniversário, os homens para um canto, as mulheres para outro. Hoje felizmente está mudando; está mudando, porque as mulheres estão se metendo mais, estão tendo mais ousadia de chegar e falar.

Mas eu digo assim, hoje, se olhar o cenário das profissões, das carreiras de Estado, no Poder Judiciário, no Ministério Público,...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) —... na Receita Federal, na Polícia Federal, nas Forças Armadas, na Medicina, em várias áreas, na Engenharia, no Direito. Se nós olharmos essas carreiras de Estado, o avanço da presença das mulheres é extraordinário. Eu, quando comecei a faculdade, nos anos 70, 90% dos alunos eram homens; quando eu terminei, já estava reduzindo para 60%. Quando eu cheguei a Brasília, em 79, 90% ou 95% de quem exercia o jornalismo político e econômico eram homens; hoje, é o contrário, 95% são mulheres.

Houve uma mudança de atitude e de comportamento, mas na política não, não houve isso. Por que eu digo que a política é perversa? Os espaços são limitados.

A mulher tem muito receio de entrar em uma área de risco. Política também é alto risco. Risco de enfrentar um ambiente hostil, de enfrentar essas coisas, o escândalo, as questões relacionadas à corrupção. E as mulheres pensam: "Vou me meter nisso?" Ou, então: "Como uma profissional liberal vai entrar?"

Então, é essa visão que nós precisamos alterar. A eleição de Dilma Rousseff, da Presidente Dilma Rousseff, sem dúvida significou um marco no nosso País para o empoderamento das mulheres, não há dúvida, e eu, como mulher, reconheço isso; Michelle Bachelet, no Chile; Violeta Chamorro, há mais tempo na Nicarágua; a própria Cristina Kirchner, na Argentina. Não vamos discutir a qualidade, mas são lideranças femininas importantes.

E também estimulou muitas mulheres. Hoje, o Senado tem um percentual de mulheres bem maior do que quando chegamos aqui, em 2011. Claro, são suplentes, mas chegaram também na eleição deste ano, de 2014, pelo voto e esse espaço é importante. Algumas delas já, claro, vindas da Câmara, com uma vivência parlamentar já confirmada: Rose de Freitas e cito o caso da Fátima Bezerra, para citar duas ex-Deputadas que chegaram aqui; a Simone Tebet, do Mato Grosso do Sul; chegaram aqui já com uma história, com uma atividade política destacada. Mas nós precisamos ampliar mais essa presença das mulheres com essas iniciativas que foram referidas aqui.

E, como estou falando das mulheres e desse protagonismo, e eu procuro trabalhar aqui também com esse olhar, gostaria de dizer o que li hoje escrito por uma mulher.

Em política existem duas coisas que levam a vaca para o atoleiro: a negação da realidade e trabalhar com a estratégia errada.

O Governo recém-empossado conseguiu unir as duas condições. A primeira, a negação das responsabilidades quando a realidade se evidencia. A segunda, consequência da mentira, desemboca na estratégia equivocada. Estas condições traduzem o que está acontecendo com o Governo e o PT.

Com todo o respeito ao meu querido amigo Senador Jorge Viana, estou lendo o que uma mulher escreveu.

O começo foi bem antes da campanha eleitoral deslanchar. Percebiam-se os desacertos da política econômica. Lula bradava por correções. Do Palácio, ouvidos moucos. Era visto como um movimento de fortalecimento para a candidatura do ex-presidente já em 2014. E Lula se afasta. Ou é afastado. A história um dia explicará as razões. O ex-presidente só retorna quando a eleição passa a correr risco.

Afunda-se o país e a reeleição navega num mar de inverdades, propaganda enganosa cobrindo uma realidade econômica tenebrosa, desconhecida pela maioria da população.

O final desse texto escrito por uma mulher diz o seguinte:

Os brasileiros passam a ter conhecimento dos desmandos na condução da Petrobras. O noticiário televisivo é seguido pelo povo como uma novela, sem ser possível a digestão de tanta roubalheira. Sistêmica! Por anos. A estratégia de culpar FHC (não tenho ideia se começou no seu governo) não faz sentido, pois o tamanho do rombo atual faz com que tudo pareça manobra diversionista. Recupera-se o discurso de que as elites se organizam propagando mentiras porque querem privatizar a Petrobras. Valha-me! O povo, e aí refiro-me a todas as classes sociais, está ficando muito irritado com o desrespeito à sua inteligência. Daqui a pouco o lamentável episódio ocorrido com Guido Mantega poderá se alastrar. Que triste.

Encerra este texto, que é produzido por ninguém mais, ninguém menos, do que uma valente e corajosa mulher, ex-colega sua, Ministra da Cultura, Senadora da República pelo Estado de São Paulo, ex-Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. Eu penso que o rigor com que ela faz este artigo intitulado “A vaca vai pro Brejo?” – indaga ela – revela não só a sua coragem, a sua independência e a sua capacidade de, em poucas linhas, traduzir um sentimento. Então, de fato eu faço isso para revelar a diferença que mulheres podem fazer na política brasileira.

Obrigada, Presidente.

Gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição desse artigo da Senadora Marta Suplicy, “A vaca vai para o brejo?”,...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... esperando que ela seja candidata do Partido do Senador Fernando Bezerra a Prefeita de São Paulo.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “A vaca vai para o brejo?”, de autoria da Senadora Marta Suplicy, Folha de S.Paulo, 6/3/2015.

06/03/2015

A vaca vai pro brejo? - 06/03/2015 - Marta Suplicy - Colunistas - Folha de S.Paulo

FOLHA DE S.PAULO**A vaca vai pro brejo?**

06/03/2015 02h00

É um privilégio neste momento crítico da política brasileira voltar a este espaço que ocupei em 2011 e 2012. Já colaborei na Folha, em cadernos e anos diversos, exercendo atividade diferente da que tenho hoje. Tenho consciência da importância que foi chegar a milhares de pessoas quebrando tabus, defendendo os direitos do povo, das mulheres e minorias, avançando em temas de difícil aceitação.

Senadora, e com uma visão muito crítica da situação política brasileira, sinto-me no dever de exercer neste espaço a audácia e transparência que caracterizaram minha vida.

Em política existem duas coisas que levam a vaca para o atoleiro: a negação da realidade e trabalhar com a estratégia errada.

O governo recém-empossado conseguiu unir as duas condições. A primeira, a negação das responsabilidades quando a realidade se evidencia. A segunda, consequência da mentira, desemboca na estratégia equivocada. Estas condições traduzem o que está acontecendo com o governo e o PT.

O começo foi bem antes da campanha eleitoral deslanchar. Percebiam-se os desacertos da política econômica. Lula bradava por correções. Do Palácio, ouvidos moucos. Era visto como um movimento de fortalecimento para a candidatura do ex-presidente já em 2014. E Lula se afasta. Ou é afastado. A história um dia explicará as razões. O ex-presidente só retorna quando a eleição passa a correr risco.

Afunda-se o país e a reeleição navega num mar de inverdades, propaganda enganosa cobrindo uma realidade econômica tenebrosa, desconhecida pela maioria da população.

Posse. Espera-se uma transparência que, enquanto constrangedora e vergonhosa, poderia pavimentar o caminho da necessária credibilidade.

Ao contrário, em vez de um discurso de autocritica, a nação é brindada com mais um discurso de campanha. Parece brincadeira. Mas não é. E tem início a estratégia que corrobora a tese de que quando se pensa errado não importa o esforço, porque o resultado dá com os "burros n'água".

Os brasileiros passam a ter conhecimento dos desmandos na condução da Petrobras. O noticiário televisivo é seguido pelo povo como uma novela, sem ser possível a digestão de tanta roubalheira. Sistêmica! Por anos. A estratégia de culpar FHC (não tenho ideia se começou no seu governo) não faz sentido, pois o tamanho do rombo atual faz com que tudo pareça manobra diversionista. Recupera-se o discurso de que as elites se organizam propagando mentiras porque querem privatizar a Petrobras. Valha-me! O povo, e ai refiro-me a todas as classes sociais, está ficando muito irritado com o desrespeito à sua inteligência. Daqui a pouco o lamentável episódio ocorrido com Guido Mantega poderá se alastrar. Que triste.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/martasuplicy/2015/03>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu peço a colaboração de V. Ex^a para ocupar a Presidência, Senadora Ana Amélia, não sem antes informar que V. Ex^a será atendida, nos termos do Regimento, em sua solicitação de constar nos *Anais* o artigo a que V. Ex^a se refere, da Senadora Marta Suplicy.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente do Senado Federal, representante do PT do Estado do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão, caro Senador Fernando Bezerra, que fez uma fala importante ainda há pouco, aqui nesta tribuna, cumprimento a todos que nos acompanham nesta sexta-feira, através da Rádio Senado e da TV Senado, agradecendo a todos que nos ajudaram a trabalhar e a produzir aqui nesta semana.

Eu queria dizer que vou-me referir, no final, ao Dia Internacional da Mulher, como todos os colegas fizeram, mas antes é preciso aqui relatar um pouco da situação que nós estamos vivendo no dia de hoje, porque para nós, no Acre, especialmente em Rio Branco, cada dia é uma agonia. Mas, há 30 horas, o Rio Acre começou a baixar, felizmente. Cedo, hoje, no horário do Acre, que são duas horas a menos do que aqui, o rio estava na cota de 18m, 40cm a menos do que tinha alcançado há um dia e meio.

Essa cheia conseguiu inviabilizar o funcionamento da capital do Acre, que tem a metade do povo acreano. V. Ex^a foi Ministro da Integração e conhece bem o assunto, como nordestino, como profissional que atua com competência na área, como estudioso do Brasil. Imagine uma capital que tem 40% do suprimento de energia cortados, onde o transporte coletivo não funciona, onde se decreta por uma semana ponto facultativo por conta da impossibilidade de os serviços públicos, na sua totalidade, funcionarem; uma cidade que é dividida pelo Rio Acre em dois distritos e onde quatro ligações de um distrito para o outro, das cinco existentes, precisam ser interditadas; o sistema de esgotamento da cidade sem absolutamente nenhuma condição de funcionar, boa parte dos serviços básicos de saúde sem funcionar, as escolas também sem funcionamento, inviabilizando também o funcionamento do comércio e da indústria de boa parte de nossa cidade.

Não fosse o empenho pessoal do Governador Tião Viana, a dedicação e a capacidade dele de dormir pouco e trabalhar muito, de mobilizar todos; não fosse a capacidade do Prefeito de Rio Branco, Marcos Alexandre, um técnico sensível que não dormia nesses dias – ele e Tião – mais que 3 horas por noite, ajudando, organizando; não fosse a experiência que acumulamos, ao longo desses anos, desde o meu tempo de Prefeitura, depois, com o Prefeito Angelim, hoje Deputado Federal, que aperfeiçoou, e agora com o Prefeito Marcos Alexandre – foi elogiada, inclusive, pelo General Adriano, a capacidade e a organização da Defesa Civil.

Aliás, dos 5,5 mil Municípios poucos têm uma Defesa Civil organizada. Isso deveria ser, e é, obrigatório. Mas é incrível como é baixa a responsabilidade dos gestores municipais nesse aspecto.

A Defesa Civil não existe porque algo acontece corriqueiramente, e sim porque algo pode acontecer, e estou me referindo a desastres naturais. O nosso Brasil não tem o clima tão extremo como estamos vendo e como vimos em boa parte do mundo, mas temos seriíssimos problemas em termos de seca, de cheia, de acidentes.

Lamentavelmente, eu presidi aqui, Senador Fernando Bezerra, e propus logo que cheguei uma comissão temporária para tratar da Defesa Civil, para rever a legislação e fazer adequações nesse serviço. Andei o Brasil inteiro com um conjunto de Senadores – tive como Relator o Senador Casildo Maldaner –, e fizemos uma proposta que foi encaminhada para os Executivos. Mas é impressionante como pouca atenção se dá a essa área.

O Brasil melhorou muito. Hoje, com a alteração que tivemos da sua época de Ministro para cá, não é mais necessário o reconhecimento nem da situação de emergência, nem do estado de calamidade – aliás, o pessoal não consegue nem diferenciar isso – para que a ajuda, o socorro possa chegar. Agora, não. Agora, tendo a situação configurada no Município, a ajuda chega. Depois, se completa a burocracia de publicação no *Diário Oficial*, porque isso é o óbvio. Imagine que, antes, o Brasil só podia encaminhar recursos e ajuda depois de reconhecida a situação de emergência ou o estado de calamidade. Essa foi uma conquista importante.

Hoje, eu diria que o orçamento melhorou um pouco, mas é, ainda, muito pequeno o recurso destinado para a Defesa Civil no País. Também já temos, hoje em dia, registro de preço, pregão realizado, já é possível fazer a entrega. Temos que elogiar o que melhorou, mas acho que o que não melhorou ainda é algo em que as Nações Unidas trabalham. Dados das Nações Unidas falam que, de cada um real aplicado, ou de cada um dólar aplicado na prevenção, são sete que se deixa de gastar na reconstrução. E nós, teimosamente, não investimos quase nada na prevenção.

A ONU criou um setor para trabalhar esse tema. Nós criamos o Funcap, um fundo, mas isso foi um equívoco naquela legislação, no final do ano de 2010. A intenção era: para cada um real que um governador ou um prefeito venha a pôr na conta para reconstruir, o Governo Federal porá três. Nenhum prefeito, nenhum gover-

nador aderiu. Eu lembro que o próprio governador de São Paulo disse: "Não, eu não vou aderir." Eu, andando pelo Brasil inteiro... E a razão era uma só, a mesma: é muito cara a reconstrução e, mesmo numa proporção de um para três, não compensa para o Município e para os Estados.

Eles falavam: "Nós aceitamos um para um, se for na prevenção." Então, imaginem todos que me acompanham, que os recursos da prevenção são mais eficientes, podem evitar gastos incalculáveis, mas nós não temos essa prática da prevenção e não temos, também, uma boa política da reconstrução.

Lembro o episódio – já houve em vários lugares do mundo, mas lembro o caso japonês – do tsunami: a reconstrução, caríssima, foi feita num prazo relâmpago. É impressionante como, rapidamente, aquele país consegue se levantar, todos unidos, depois de um desastre como foi aquele em decorrência de um tsunami que atingiu uma central nuclear.

Então, Srs. Senadores, Srª Presidenta Ana Amélia, eu queria daqui agradecer a contribuição da Presidenta Dilma, através do Ministro Gilberto Occhi, que é do Partido de V. Exª. Ele ficou dois dias em Rio Branco, saiu ontem de lá. O Coordenador da Defesa Civil Nacional, General Adriano, também esteve junto, com a equipe do Ministério das Cidades, do Ministério da Integração, da Defesa Civil, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia, todos trabalhando.

Eu estou fazendo contato com a Direção do BNDES, a pedido do Governador Tião Viana. Estou solicitando ao Ministro Aloizio Mercadante – hoje devo ter um outro contato com ele – para que possa regulamentar, através, inclusive, de uma próxima medida provisória que venha para a Casa, as condições para que possamos socorrer o setor privado acriano, os empresários, o comércio, que foi danificado de tal maneira que agora corre risco. Muitas empresas vão ter dificuldade de seguir funcionando. Isso em Brasileia, onde nós tivemos uma situação típica de calamidade pública, em parte de Xapuri e em Rio Branco.

O Prefeito Marcus Alexandre ontem conversava comigo. Ele está alterando o decreto e impondo sua abrangência de calamidade em todo o Município de Rio Branco. Por conta do que ocorreu na área rural, os produtores perderam tudo. Quando a água chega a um bairro e atinge o quintal, o terreno, a casa, a pessoa consegue sair, mas, na área rural, a produção toda se perde, a criação se perde e também os bens materiais dos produtores – nunca é muito, mas é ali que eles levam suas vidas, com suas famílias.

Então, eu espero que, por meio da Casa Civil, se possa fazer essa modificação para que o BNDES faça uso de uma regra que temos, que é a de abrir crédito – que agora é de R\$500 mil, e nós queremos que alcance R\$1 milhão –, um crédito diferenciado para socorrer aqueles atingidos pela cheia do Rio Acre, por essa situação de calamidade que a capital dos acrianos enfrenta. É muito importante essa ajuda.

Nós, agora, estamos – ontem, eu falava à tarde com o Ministro Gilberto Occhi – pedindo que, imediatamente, chegue a Rio Branco um conjunto de *kits* para limpeza, que a Defesa Civil tem, porque nós já estamos começando, em algumas casas, essa etapa. Nós estamos fazendo ainda o socorro e vamos ter, agora, o restabelecimento de alguma normalidade, que é outra etapa que nós vamos ter que fazer.

Estou indo amanhã com o Ministro Gabas, da Previdência, para Rio Branco, bem cedo – vamos sair daqui 6 horas da manhã –, por conta de uma política que foi implantada ainda no governo do Presidente Lula, quando tivemos aquela tragédia em Pernambuco e em Alagoas – V. Exª estava no Ministério, penso que se envolveu nessa política –, e o Presidente Lula determinou que se criasse uma portaria e que se pudesse fazer a antecipação do benefício de quem tinha benefício previdenciário, de um mês, para fazer frente àquele sofrimento momentâneo que a população vivia. Lá houve uma enxurrada violenta, que destruiu a vida de muita gente, os bens de muita gente. E foi isso que fizemos ontem.

Então, na presença do Deputado Leo de Brito, do PT, do coordenador da Bancada, Deputado Federal Angelim, e do Líder Sibá Machado, no Palácio do Planalto, na Secretaria-Geral da Presidência, com o Ministro Miguel Rossetto, o Ministro Gabas assinou a portaria.

E vejam como funciona: o valor dos benefícios, em Brasileia e em Rio Branco, da Previdência chegam a 37 milhões por mês. Então, quem tem benefício da Previdência, a partir de hoje, com a publicação da portaria, já pode ir à Previdência, no Acre. Obviamente, tem que haver uma formalização, porque é para quem deseja fazer uso desse recurso. Ele vai, formaliza, faz um simples requerimento, dizendo "quero fazer uso desse instrumento", recebe um mês antecipado de benefício, tem três meses de carência e vai pagar (devolver) em 36 parcelas sem juros, sem correção monetária. É uma extraordinária ajuda que conseguimos ontem junto ao Governo Federal.

Quem de nós... Imagine, em um momento de dificuldades, você poder receber um mês do seu salário ou do seu benefício e devolver esse salário, esse benefício, depois de uma carência de três meses, em 36 parcelas sem juros, sem correção monetária. Essa foi uma ajuda importante. São mais 37 milhões que nós vamos poder fazer chegar. Porque quem perdeu lá o fogão, quem perdeu a cama, quem perdeu seus eletrodomésticos vai poder fazer frente a essa perda, de alguma maneira, tendo essa ajuda.

É claro, nós estamos preocupados em abrir linhas de crédito, em ter investimentos e o apoio necessário para que se restabeleça a normalidade na cidade de Rio Branco. Não vai ser fácil.

Eu, amanhã, chegando a Rio Branco, como técnico, como ex-prefeito e ex-governador – aqui é como Senador, mas lá é como técnico –, como morador da cidade, como atingido pela cheia do Rio Acre, pois minha família também foi atingida, vou estar reunindo um grupo de técnicos, coordenados pelo ex-secretário de planejamento do meu governo e também na Prefeitura, Gilberto Siqueira, para mim um dos grandes técnicos deste País. Ele irá comigo no voo e vai coordenar um programa com técnicos para começar a trabalhar a proposta de reconstrução de Rio Branco, da parte atingida. Nós vamos trabalhar pessoalmente, usando a nossa experiência, para apresentar uma proposta ao Prefeito e ao Governador Tião Viana de reconstrução da cidade de Rio Branco. É como posso ser mais útil. Vou pôr minha experiência de engenheiro, de técnico, de prefeito, de governador, a serviço dessa tarefa difícil.

Tivemos vários países que viveram dramas em suas cidades, em seus Estados, e todos nós sabemos. Aqui no Brasil não é diferente. Em Santa Catarina, recentemente, a última grande cheia custou, para o programa de reconstrução, mais de um bilhão e trezentos milhões.

Nós pretendemos trabalhar e vamos elaborar um bom plano de reconstrução para trazermos ao Governo Federal em busca de ajuda. Então, vou primeiro ajudar na elaboração do plano, reunindo os melhores técnicos, ouvindo as organizações da sociedade, do setor privado, construindo com eles uma boa proposta para fazer frente a esse desafio.

Boa parte da minha cidade, Rio Branco, onde nasci, virou fundo de rio. Os bairros viraram fundo de rio. Onde existiam as ruas não existem mais as ruas, há um amontoado de areia, de lama; onde existia saneamento básico, não há mais saneamento; onde existia uma casa, não há mais a casa. Enfim, uma situação em que o rio passou por cima da cidade. Ocorreram cheias em Basileia, em Xapuri, quatro cheias em Tarauacá, e agora estamos vivendo uma cheia em Sena Madureira, mas a situação de Rio Branco é a mais grave pela quantidade de gente atingida. Quase cem mil pessoas ficaram diretamente atingidas com a cheia.

Às vezes eu vejo na televisão que há nove mil pessoas num abrigo, no parque de exposições, mas são 2 mil famílias. Há 26 abrigos em Rio Branco, e a grande maioria das pessoas não foi para abrigos, foram para casa de parentes, ficaram na casa de um amigo ou de um parente.

É com satisfação que ouço o Senador Fernando Bezerra, ex-Ministro da Integração e um grande conhecedor de problemas como este de que estou falando, da calamidade que vive a cidade de Rio Branco.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Jorge Viana, queria trazer aqui a minha palavra de solidariedade, primeiro, a todas as famílias atingidas nesta que está sendo considerada a maior cheia da história do Estado do Acre, da cidade de Rio Branco. A solidariedade a toda população do Acre. Quero também trazer o meu abraço ao Governador Tião Viana. Como Ministro da Integração Nacional, nós vivenciamos uma cheia não tão intensa quanto esta, mas que causou também grandes prejuízos e grandes transtornos à população do Acre. Eu tenho plena confiança de que o Governador Tião Viana é um homem de fé, de esperança, de luta e de trabalho porque naquele momento que vivenciei, como Ministro da Integração Nacional, daquela dor, daquele sofrimento, se construiu, senão me engano, o maior projeto habitacional da história de Rio Branco, através de uma visão clara dele, com o apoio da Prefeitura de Rio Branco, como apoio do Governo Federal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Chama-se Cidade do Povo.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A Cidade do Povo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Está em construção. Ainda bem que está em construção.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está em construção. Esse projeto que visa retirar as famílias, sobretudo das áreas de risco, e que precisa contar, portanto, com o apoio do Governo Federal para sua plena consecução. Portanto, receba a nossa solidariedade. Nós nos colocamos também à disposição para sua luta aqui, desde Brasília, na orientação, no planejamento das ações, na busca do apoio do Governo Federal, nas mais diversas áreas, para se dar início a essa reconstrução, importante para refazer a vida de milhares de pessoas do seu Estado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Senador, Ministro Fernando Bezerra.

Eu queria, inclusive, fazer um convite a V. Ex^a. Eu apresentei uma proposta, aqui, de criar uma comissão do Senado Federal, que é a Casa da Federação, que certamente vai envolver meu colega Gladson e o Sérgio Petecão, são Senadores, e mais dois Senadores, para que, passando esse período, se faça uma missão oficial do Senado Federal, para que se tenha um relatório do Senado Federal sobre os danos vividos por esses Municípios.

Eu queria convidar – nós vamos convidar dois colegas Senadores, e ficaríamos muito honrados de poder contar com o ex-Ministro da Integração, que conhece essa matéria e que pode nos ajudar muito – para uma visita, que será de dois dias a Rio Branco, a Brasiléia e a Xapuri.

E nós poderíamos, com base nisso, fazer um relatório, como queremos, para reforçar as ações tanto das prefeituras de Brasiléia, de Xapuri, de Rio Branco e, certamente, Tarauacá, e também do Governo do Estado, para somar muito provavelmente aos documentos que virão a partir do trabalho técnico, tanto do governo quanto da prefeitura de Rio Branco, para solicitar um apoio mais substancial na reconstrução de nossas cidades, por parte do Governo Federal.

Já faço aqui, de público, um convite, e gostaria muito de poder contar com a colaboração de V. Ex^a.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Aceito, com muita alegria em poder participar dessa missão do Senado Federal (*Fora do microfone*) ao Estado do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, porque acho que isso é importante. Normalmente, quando se tem uma situação de calamidade dessa, alguns tentam tirar algum proveito. Não queremos tirar proveito nenhum, queremos apenas, com capacidade técnica, com decisão política, dar a devida atenção àqueles que são vítimas do maior desastre ambiental da história do Acre, que foi esse desastre natural da cheia do Rio Acre.

Fica aqui, também como V. Ex^a disse, a Presidenta determinou, falei com a Presidenta da Caixa, ontem, Miriam Belchior; a Presidenta determinou, o Ministro Gilberto Occhi ajudou muito; o Ministro Kassab tem procurado dar sua contribuição, para que, ainda esta semana, hoje deve estar saindo a listagem final para que 900 famílias que estão nos abrigos possam ir direto para um conjunto de casas que estão prontas na Cidade do Povo, que é parte do Minha Casa, Minha Vida, que foram feitas para tirar famílias de áreas baixas, para evitar danos e desastres. Então, lá está se praticando uma política que deveria ser uma referência para o Brasil, tirar as famílias das áreas de risco. Isso é prevenção! Tirar as famílias das áreas baixas.

Mas somos moradores da beira do rio; então, as nossas cidades estão na beira do rio, não se pensou lá atrás dessa maneira. Aliás, as cidades iam sendo construídas na margem do rio, porque não se tinha carro, não se tinha nenhum veículo e o transporte de mercadoria era feito nas costas e, quanto mais perto do rio, que era a estrada, o aeroporto, era tudo, tanto melhor.

Conto só um episódio que, no Vale do Itajaí, salvo engano, quando fiz essas missões da Defesa Civil, no ano de 2011 – todos nós conhecemos os desastres naturais que ocorrem em Santa Catarina com a cheia daqueles rios –, e andando lá, logo que vieram os imigrantes europeus para ocupar aquela região tão bonita, eles chegaram lá e aquele rio maravilhoso, aquele vale fantástico e olharam e falaram: "Mas o que é que aqueles índios estão fazendo lá em cima da montanha, da serra, tão alta.

Esse pessoal não gosta de produzir? Não gosta de trabalhar porque aqui embaixo é que está o bom? Tem água, tem um vale fértil." Quando veio a primeira cheia, a primeira alagação que destruiu tudo, eles entenderam porque os índios estavam lá em cima e não lá embaixo no vale. Porque conhecem bem, se relacionam bem com a natureza, respeitam a natureza. De alguma maneira, a gente vai sempre agredindo a natureza, vai agredindo e o que estamos tendo? O que está ocorrendo no Acre é, nada mais, nada menos, que um sinal concreto – não vejo outra saída – que mudança climática. Nós estamos tendo uma mudança no clima.

O que está tendo no Sudeste brasileiro aqui de seca pode estar diretamente associado. O que aconteceu aqui no Sudeste? Só tem 6% da floresta. Quantas mil nascentes foram destruídas aqui na região de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo? Quantas mil nascentes na Serra do Mar? Quantas mil nascentes foram destruídas na nascente do rio São Francisco, que agora sofre uma ameaça?

Não duvido e acho que também o desmatamento que tivemos ao longo de todo o vale do rio Acre colabora porque a água chega mais rápido ao rio e ele transborda mais facilmente. Isso são ações humanas impensadas ou não programadas que agredem a natureza e vem uma resposta forte, e agora está vindo a pior delas que é uma alteração na temperatura do Planeta, que faz e vai fazer.

Essa cheia é um ponto fora da curva. Certamente, nós saímos daquele nível de cheias que iam até uma certa cota e depois baixava.

Então, concluo agradecendo também à Presidenta e dizendo que, felizmente, temos um Governador como Tião Viana à frente do povo do Acre, senão a tragédia seria ainda maior e, felizmente, temos em Rio Branco um prefeito como Marcus Alexandre.

Eu queria encerrar, Sr^a Presidenta, dizendo que no dia 8 próximo agora nós temos o Dia Internacional da Mulher e eu só queria lembrar aqui para quem nos assiste e, eu tenho o privilégio de estar falando com uma mulher, uma grande Senadora, a Senadora Ana Amélia presidindo, vejam só: há um debate sobre a origem do Dia Internacional da Mulher, mas eu vou me prender a uma das vertentes que fala de um problema em Nova Iorque, em 1857. Em 1857, desenvolvendo atividades numa produção, mulheres pararam o trabalho em busca

de direitos. Vejam: elas trabalhavam 16 horas. Imaginem o que é uma mãe, uma mulher trabalhar 16 horas, e elas queriam diminuir essa carga horária. Ganhavam menos que os homens. Então, eu fico pensando na gente que hoje faz o inverso, são oitos horas de trabalho e o descanso bem maior.

Imaginem uma mãe, uma mulher, uma menina que seja, uma jovem trabalhar 16 horas seguidas por dia! Era assim que acontecia em 1857, e as mulheres começaram a dar um grito por liberdade, por justiça. Depois, e até deve ter ajudado na base da Revolução Russa, em 1917, ainda na I Guerra Mundial, na Rússia também o movimento de mulheres por direitos, querendo deixar de ser exploradas. E isso ganhou o mundo, essas histórias ganharam o mundo. E a ONU, em 1977, instituiu o Ano Internacional da Mulher. Desculpem! Em 1975. Em 1977, instituiu o Dia Internacional da Mulher e trouxe para nós todos um dia, do qual nós vamos falar assim: ah, todo dia tem que ser o dia internacional... É verdade! Mas nós, seres humanos, ainda temos tantas falhas, não superamos tantos problemas, que nós precisamos, às vezes, de um relógio, de um despertador para dizer: olha, o que vocês estão fazendo?

Esta semana mesmo, aqui nós votamos matérias importantes. Eu cumprimento o Presidente Renan. Eu estava aqui também presidindo a sessão. Nós votamos algo que parece pouca coisa, mas até o Prêmio Bertha Lutz que nós demos para valorizar quem faz alguma política em defesa dos direitos das mulheres, ele excluiu os homens. Então, nós estamos fazendo uma coisa, alteramos para que os homens também que lutam pelos direitos das mulheres e pela igualdade possam também recebê-lo. São pequenas coisas. Mas nós aqui adotamos algo. Pensem! O Brasil...

Aconteceu comigo. Eu estava prefeito e ganhamos a minha filha mais nova, Maria Carolina. Três meses se passaram do dia do nascimento dela e eu, na correria louca na prefeitura, e a minha mulher falava: "Você tem que registrar a menina". E eu falei: "Tá, vou amanhã, vou amanhã..." Três meses, e a menina sem registro, porque só homem que pode registrar o filho neste País. Isso é uma insanidade, como é que... E está aí na cara de todo mundo e ninguém fez. O Senado aprovou agora... Aprovamos essa matéria que dá o direito da mãe... Aliás, é um direito que deveria ser primeiro da mãe e depois do homem. E três meses depois é que eu fui ao cartório; ainda deu um problema, porque eu perguntava que nome nós íamos colocar na Maria Carolina. A mãe dele ficou em dúvida comigo e não sabia direito ainda que nome ia pôr; e eu fiz algo que minha filha até hoje me questiona: na correria, na pressa, para voltar para a prefeitura, falei, vamos pôr o nome então.

O nome dela vai ser Maria Carolina, ótimo. Aí, eu pus Maria Carolina Costa Brilhante Viana Macedo Neves, porque, na dúvida entre qual nome ia ficar o sobrenome, eu botei todos os nomes da mãe e meus. Aí, hoje, ela é conhecida como "Kalu". Então, é a Maria Carolina Costa Brilhante Viana Macedo Neves, "Kalu". É um episódio que aconteceu comigo, mas mostra uma situação que não pode.

Também aprovamos aqui, botamos na pauta, já em homenagem à semana da mulher, algo fundamental: as mulheres passam por situações constrangedoras nas tais revistas íntimas. Regulamentamos agora aqui no Senado algo que é tão fundamental, tão óbvio, mas que a gente só vai fazendo agora, quando há o reloginho apitando e falando: olha, há ainda muita coisa a ser feita pelas mulheres.

O Senador Paim fez uma fala muito bonita hoje, V. Ex^a aparteou, V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, também falou. Gente, qual é o sentido, no século XXI – aliás, eu acho que parece que, em muitos aspectos, nós não entramos no século XXI, nós ainda estamos não no século XX, mas, às vezes, no século XVIII, século XIX –, de, para a mesma atividade, haver salários diferentes entre homem e mulher. Mulher está pilotando o avião, Senador Valdir Raupp, comandante de avião tem que ganhar a mesma coisa; se trabalha como Senadora, é a mesma coisa; mas nós ainda temos hoje essa diferenciação e nós temos que regulamentar isso.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos a todas as mulheres do Brasil, a todas as mães acrianas, que estão sofrendo, porque quem mais está sofrendo naquela cheia não são os pais de família, são as mães. São elas que primeiro acordam na Casa, são elas que, por último, vão se deitar nas casas. São elas que melhor administraram os recursos. E eu queria homenagear todas as mães que estão nos abrigos, cuidando de suas famílias, num cubículo que nós fizemos, organizadinho, mas sem uma pia, sem um banheiro, de dois por três, rodeado por uma manta plástica preta. Nós temos milhares de pessoas no Acre desse jeito. Milhares de mulheres, milhares de mães, e eu queria, neste 8 de março, que se aproxima, homenagear todas e deixar aqui também, por uma questão de justiça, cumprimentar a Presidenta Dilma, que é uma mãe, uma avó, uma lutadora, que preside o nosso País, que enfrenta toda a sorte de dificuldades neste momento, mas, queira Deus, que ela tenha a força que só as mulheres têm para enfrentar momentos de dificuldade, para nos ajudar a pôr este País no caminho do crescimento novamente, da inflação baixa, do pleno emprego e da retomada dos investimentos.

Esse é o desejo que eu tenho. Quero aqui cumprimentar também as brasileiras todas, através da nossa Presidenta.

Não posso, como Senador, ao encerrar, deixar de cumprimentar as minhas colegas Senadoras, na pessoa de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Nesse aspecto, o Brasil inteiro pode ficar certo: há Senadoras de todos os

partidos, mas estão sempre juntas, lutando aqui para que possa prevalecer no Senado – mesmo elas sendo apenas 13, salvo engano – o direito, a voz e a luta das mulheres brasileiras aqui. Então, parabéns pelo dia 8, que se aproxima.

Agradeço a V. Ex^a a oportunidade que me deu de estender minha fala, e ao Senador Fernando Bezerra também, nesta sexta-feira, pela manhã, na tribuna do Senado.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Jorge Viana, em nome das Senadoras, em primeiro lugar, e, especialmente, em nome das mulheres acrianas também, eu queria me solidarizar com V. Ex^a, porque são elas que estão enfrentando, eu diria assim, com muito mais sacrifício, todo esse dilema que é o sofrimento de perder.

Vimos a imagem das mulheres chorando, olhando tudo aquilo que está sob a água, debaixo d'água – tudo, tudo, tudo –, chorando e dizendo que o prejuízo é incalculável. Perderam geladeira, cama, sofá, fogão, tudo. Só uma dona de casa avalia a extensão desse drama, desse sofrimento e desse prejuízo. Tomara que não haja nenhuma vítima fatal, nada, apenas a perda material, que já é extremamente lamentável.

Então, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento e obrigada pela homenagem às mulheres.

Eu convido, para fazer uso da palavra, pela Liderança do PSB, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, a pedido do Presidente Nacional do PSB, nosso companheiro Carlos Siqueira, solicito a transcrição de um documento que se intitula “O PSB e a conjuntura política nacional”, cuja transcrição foi aprovada na reunião da executiva nacional, na tarde de ontem, para que possa constar dos *Anais do Senado Federal*.

Farei um breve resumo, procurando apenas fazer a leitura das recomendações finais desse documento.

O PSB reconhece um conjunto de crises que o Brasil vem enfrentando nessa atual conjuntura: a crise política, a crise econômica, a crise energética, a crise hídrica, a crise ética e a crise federativa.

O País se vê, portanto, nesse princípio de mandato, diante da percepção amarga de que o futuro imediato tende a ser pior do que o passado, sem que esse tivesse sido tão brilhante. Os governos que conduziram o País por mais de duas décadas, não resolveram um dos problemas centrais que herdamos do regime militar: como promover desenvolvimento do País em bases estáveis; como assegurar que o crescimento não ande em ritmo tão baixo?

[...]

Ao exercer a crítica, o PSB não apostava, contudo, em uma posição sectária, nem atua no campo, que veem no “quanto pior, melhor”, uma via rápida para o poder, ou para barganhar poder. Contudo, não é possível esquecer que o PSB disputou a eleição presidencial opondo-se à condução política e econômica do Governo da atual Presidente. Ainda assim, queremos sinceramente contribuir de forma efetiva para a superação do cenário de crise que enfrentamos; desejamos afirmar a responsabilidade cívica que caracteriza nossa agremiação, que se apresentou ao País sempre que se fez necessário superar situações agudas, e ressaltamos o nosso compromisso com a ordem democrática institucionalizada no nosso País. [...] O PSB quer contribuir para que se supere o atual cenário de crise, sem que isso implique participação no Governo ou cargos, o que reafirma a posição de independência propositiva pela qual se definiu ato sequente às eleições presidenciais de 2014. A posição de independência se consolida, contudo, no mais profundo respeito ao jogo democrático, o que significa dizer que o Partido não apenas reconhece a total legitimidade da eleição presidencial, como a toma como elemento de base para que se possam construir alternativas que atendam ao real interesse do Brasil.

A contribuição que pretendemos realizar tem fundamento em princípios partidários, com raiz nas convicções do socialismo democrático e diretrizes claras, cuja meta consiste em delinear as iniciativas e políticas que se afeiçoem à esquerda, em lugar de produzir uma rendição quase incondicional aos ditames conservadores que, neste momento, se acercam do Governo.

É nosso entendimento, portanto, que a superação da conjuntura de crise deva encontrar fundamento nos seguintes princípios e diretrizes:

1. Mobilizar a sociedade para um diálogo permanente, pois não há solução fora da política e da institucionalidade que lhe é própria;

2. Atuar objetivamente para evitar a adoção de medidas de política econômica que conduzam ao corte de benefícios sociais, especialmente aqueles que envolvem a população de baixa renda;

3. Enfrentar todas as tentativas de redução de direitos trabalhistas e previdenciários, salvo aqueles essencialmente necessários ao aperfeiçoamento da legislação pertinente, visto que os trabalhadores e pensionistas já serão duramente onerados pela redução do crescimento e tendência à recessão.

E, aqui, o Partido Socialista Brasileiro “propugna pela eliminação do fator previdenciário, quando as medidas de ajuste fiscal forem votadas no Congresso Nacional”.

- 4. Evitar que o aumento da carga tributária, necessária ao equilíbrio das contas públicas, recaia sobre população de baixa renda, classe média, pequenos e microempresários e empreendedores individuais. [...];*
- 5. Priorizar investimento em educação e saúde [...], para que o Brasil possa ter ao menos um horizonte mínimo de desenvolvimento sustentável a médio prazo;*
- 6. Priorizar a definição de novas regras para as concessões de serviços públicos de infraestrutura que permitam a atração de investimentos [privados] com o objetivo de manter e gerar empregos;*
- 7. Tratar o tema Petrobras, no contexto de sua relevância, inclusive histórica e simbólica, no contexto de um projeto nacional de desenvolvimento;*
- 8. Reiteramos a nossa proposta para a realização de um pacto anticorrupção, envolvendo a participação dos três Poderes e, sobretudo, de representantes de entidades independentes da sociedade civil;*
- 9. Enfrentar de forma decidida a questão da violência e do combate ao tráfico de drogas;*
- 10. [E, finalmente,] contribuir no âmbito do Parlamento para a realização de uma reforma política que possibilite aos cidadãos o exercício de mecanismos de democracia participativa, que ponha fim às coligações nas eleições proporcionais e ao instituto de reeleição, [com a instituição do] mandato de 5 anos e a coincidência de mandatos.*

É evidente que as propostas que o PSB postula para superar a crise implicam enfrentar interesses imensos e, muito especialmente, o fascínio que a ortodoxia exerce sobre as mídias e sobre os formadores de opinião. Não se enfrentam crises como a que temos pela frente, contudo, sem a devida dose de ousadia. O conjunto de crises atuais que descrevemos acima nos dá uma oportunidade de superar o mesmo, porque requer saltar para fora de uma história em que a ortodoxia tem sido o vocábulo sintético para indicar a prática de fazer o povo pagar pela conta daquilo que jamais lhe foi entregue.

Esse é o documento subscrito pelo Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira, e aprovado, à unanimidade, pela Executiva Nacional do nosso Partido, reunida na tarde de ontem.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Fernando Bezerra.

Sou Senadora municipalista. Há essa questão que pontua os diversos aspectos da crise que vivemos no País, que passa por uma crise política, uma crise econômica, uma crise ética, uma crise de valores, uma crise de algum modo institucional também, mas, sobretudo, uma crise federativa.

Estamos vivendo – V. Ex^a pertenceu ao Governo Federal, ao Governo do Estado de Pernambuco e, certamente, conhece bem a realidade dos Municípios – uma situação absolutamente insustentável do ponto de vista do compartilhamento das receitas entre os três entes federativos. Enquanto essa lógica perversa não mudar, vamos continuar vivendo e, talvez, fragilizando ainda mais esta Federação já tão enfraquecida.

Então, eu queria cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar o seu Partido pelo posicionamento muito responsável que teve, compromissado com os interesses nacionais. Parabéns, Senador Fernando Bezerra. Parabéns ao PSB. Temos, no Rio do Sul, o grande líder Beto Albuquerque.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Eu queria dizer que concordo quando V. Ex^a destaca que, entre tantas crises que estamos enfrentando, uma que deva, talvez, merecer maior atenção do Senado Federal, do Congresso Nacional, é a crise federativa.

Ontem, houve o depoimento do Prefeito de Belo Horizonte, nosso companheiro Márcio Lacerda, que deverá suceder o Prefeito Fortunati, de Porto Alegre, na Frente Nacional de Prefeitos.

O PSB tem mais de 400 prefeitos. Os relatos dos nossos administradores municipais apontam, com a queda da arrecadação, para a plena inviabilização de muitas administrações municipais, que não terão condições sequer de honrar os seus compromissos de folha e de custeio.

Portanto, vamos ter que, nesta Casa, recepcionar os nossos prefeitos, os nossos gestores, para que, num diálogo produtivo com o Governo Federal, com o Congresso Nacional, encontremos também mecanismos para que os prefeitos possam atravessar este momento mais crítico.

Muito obrigado pela intervenção de V. Ex^a.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “O PSB e a conjuntura política nacional”.



O PSB E A CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL

O Brasil passa, na atual conjuntura, por um **conjunto de crises** que requer de todos, e muito especialmente dos atores políticos, um posicionamento firme e responsável. Estão em jogo nesse momento futuro e passado, no sentido de que arriscarmos fragilizar as conquistas econômico-sociais que tivemos nos governos democráticos, além de que deveríamos utilizar tempo significativo na criação dos fundamentos para um novo período de desenvolvimento, que ao menos diminua a distância relativa já acumulada, em relação a países como China e Índia.

Estamos diante de uma **crise política**, em primeiro lugar, que vem se instalando desde o primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff e que encontra fundamento na baixa vocação para o diálogo, seja com as forças políticas inclusive aquelas que compõem a base do próprio governo, seja com setores da sociedade civil organizada. O País encontra-se, portanto, diante de um governo que parece sevê acuado, essencialmente em função de sua baixa vocação para exercer a atividade política no sentido nobre do termo e que, desse modo, cede ao fascínio das soluções tecnocráticas, que se conjugam com a composição de maiorias instáveis e de ocasião nas casas parlamentares.

Instalou-se, igualmente, uma **crise econômica** que vem sendo enfrentada com as mesmas políticas liberais de governos anteriores. Já em 2013, Eduardo Campos alertava para os riscos da contenção dos preços administrados pelo governo, com destaque para os insumos energéticos; indicava a urgência de ações corretivas, visto estar em curso um recrudescimento inflacionário; denunciava o crescimento pífio do PIB, que se perpetuaria à medida que são claudicantes as medidas governamentais para estimular o investimento privado, e erráticas as estratégias para superar nossas graves limitações de infraestrutura nas áreas de logística, telecomunicações, transporte e energia, sem falar das insuficiências de formação de nossa mão de obra e do processo de desindustrialização. O desemprego já bateu na porta dos trabalhadores brasileiros e cresce em ritmo acelerado, causando sofrimento às famílias e podendo levar o País para o caminho de uma convulsão social.

A **crise energética** que estava prometida e que foi administrada com olhos nas eleições e não no País, deixou de ser uma possibilidade: os preços de energia elétrica e combustíveis foram reajustados de forma significativa nesse início de ano. No primeiro caso, o realinhamento de preços foi postergado ao máximo, de tal modo que a sinalização equívoca, via preços artificialmente baixos, fez com que a população consumisse estoques físicos dos reservatórios de nossas hidrelétricas, o que contribuiu para agravar a **crise hídrica**. Temos agora uma combinação perversa de energia cara e matriz energética com maior potencial poluidor, dado a



importância que adquiriram as termoelétricas. A contenção dos preços de combustíveis, de outro lado, onerou de forma irresponsável a Petrobrás, que se viu obrigada ao aumento expressivo de seu endividamento, fragilizando-a do ponto de vista econômico-financeiro, o que compromete sua programação de investimentos.

Vivemos, por fim, uma **crise ética**, que tragou um dos maiores símbolos de nossos desejos de desenvolvimento soberano, a Petrobrás, para as páginas policiais. Essa situação dantesca permite, ao menos, escancarar o fato de que estão do mesmo lado os corruptores e os detratores da Petrobrás. Os primeiros instrumentalizando a empresa para incidir de modo decisivo sobre o jogo eleitoral; os segundos, valendo-se desse descalabro para advogar teses privatistas. Associam-se, assim, o atraso do patrimonialismo e a pretensa modernidade neoliberal, no empreendimento de minimizar os graus de liberdade de nossa democracia ainda pouco sensível à efetiva participação popular. A solução da crise da Petrobrás deve considerar, em oposição a esse arranjo conservador, que essa empresa, como Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal dizem respeito e são fundamentos de nossa soberania.

O País entrou também em uma grave **crise federativa**, onde os governos estaduais e municipais estão no caminho acelerado para total inviabilidade financeira. A concentração da arrecadação pública nos cofres federais avança a cada dia. Os estados brasileiros são totalmente dependentes de empréstimos para investir. Já os municípios, estão perdendo as condições de cumprir obrigações fundamentais como gastos mínimos constitucionais de educação e saúde, duodécimos das câmaras, pisos salariais legais, folha de pagamento e obrigações previdenciárias. E o povo clama por ampliação e qualificação de serviços ou investimentos, que estão longe do horizonte das administrações municipais. O País está no caminho da falência da prestação de serviços públicos. .

* O País se vê, portanto, nesse princípio de mandato, diante da percepção amarga de que o futuro imediato tende a ser pior do que o passado, sem que esse tivesse sido tão brilhante. Os governos que conduziram o País por quase duas décadas, não resolveram um dos problemas centrais que herdamos do regime militar: **como promover desenvolvimento do País em bases estáveis; como assegurar que o crescimento não ande em ritmo tão baixo?** *

O governo da Presidente Dilma, em que inexiste um projeto estratégico de desenvolvimento, reage à crise à base das ações pontuais, pensando o horizonte de curto prazo. Seus técnicos operam na frequência que trata da preservação do *status quo*, em que predominam antes de tudo, os interesses rentistas vinculados ao serviço da dívida, aos juros exuberantes. Chamam de interesse nacional as demandas desse segmento e, nessa toada, criam as condições ideais para atendê-lo: corte no custeio



da máquina estatal, constrangimento severo de investimentos, fragilização de direitos trabalhistas e previdenciários.

¶ Ao exercer a crítica, o PSB não aposta, contudo, em uma posição sectária, nem atua no campo, que vêm no “quanto pior, melhor”, uma via rápida para o poder, ou para barganhar poder. Contudo, não é possível esquecer que o PSB disputou a eleição presidencial opondo-se a condução política e econômica do Governo da atual Presidente. Ainda assim, queremos sinceramente contribuir de forma efetiva para a superação do cenário de crise que enfrentamos; desejamos afirmar a responsabilidade cívica que caracteriza nossa agremiação, que se apresentou ao País, sempre que se fez necessário superar situações agudas e ressaltamos o nosso compromisso com a ordem democrática institucionalizada no nosso País. Nos opusemos aos desejos golpistas que se dirigiam ao Governo Vargas, fomos governo no período posterior ao impeachment do Presidente Fernando Collor, no governo Itamar Franco, ocasião em que o PSB assumiu os Ministérios da Saúde e da Cultura, ou seja, nunca faltamos ao Brasil.

O PSB quer contribuir para que se supere o atual cenário de crise, sem que isso implique participação no governo ou cargos, o que reafirma a posição de **independência propositiva**, pela qual se definiu ato sequente às eleições presidenciais de 2014. A posição de independência se consolida, contudo, no mais profundo respeito ao jogo democrático, o que significa dizer que o Partido não apenas reconhece a total legitimidade da eleição presidencial, como a toma como elemento de base para que se possam construir alternativas que atendam ao real interesse do Brasil.

A contribuição que pretendemos realizar tem fundamento em princípios partidários, com raiz nas convicções do **socialismo democrático** e diretrizes claras, cuja meta consiste em delinear as iniciativas e políticas que se afeiçoem à esquerda, em lugar de produzir uma rendição quase incondicional aos ditames conservadores que, neste momento, se acercam do governo. É nosso entendimento, portanto, que a superação da conjuntura de crise deva encontrar fundamento nos seguintes princípios e diretrizes:

1. Mobilizar a sociedade para um diálogo permanente, pois não há solução fora da política e da institucionalidade que lhe é própria;
2. Atuar objetivamente para evitar a adoção de medidas de política econômica que conduzam ao corte de benefícios sociais, especialmente aqueles que envolvem a população de baixa renda;
3. Enfrentar todas as tentativas de redução de direitos trabalhistas e previdenciários, salvo, àqueles essencialmente necessários ao aperfeiçoamento da legislação pertinente, visto que os trabalhadores e pensionistas já serão



duramente onerados pela redução do crescimento e tendência à recessão e propugnar pela eliminação do Fator Previdenciário quando as medidas de ajuste fiscal forem votadas no Congresso Nacional.

4. Evitar que o aumento da carga tributária, necessária ao equilíbrio das contas públicas, recaia sobre população de baixa renda, classe média, pequenos e micro empresários e empreendedores individuais. Os entes de maior poder contributivo, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, precisam devolver à Nação muito da riqueza que têm alcançado às expensas da injustiça distributiva que há muito graça no Brasil;
5. Priorizar investimento em educação, saúde e infraestrutura, para que o Brasil possa ter ao menos um horizonte mínimo de desenvolvimento sustentável a médio prazo;
6. Priorizar a definição de novas regras para as concessões de serviços públicos de infraestrutura que permitam a atração de investimentos com o objetivo de manter e gerar empregos.
7. Tratar o tema Petrobrás, no contexto de sua relevância, inclusive histórica e simbólica, no contexto de um projeto nacional de desenvolvimento.
8. Reiteramos a nossa proposta para a realização de um pacto anti-corrupção, envolvendo a participação dos três poderes e, sobretudo, representantes de entidades independentes da sociedade civil;
9. Enfrentar de forma decidida a questão da violência e do combate ao tráfico de drogas;
10. Contribuir no âmbito do Parlamento para a realização de uma reforma política que possibilite aos cidadãos (as) o exercício de mecanismos de democracia participativa; que ponha fim as coligações nas eleições proporcionais e ao instituto de reeleição (mandato de 5 anos); e institua a coincidência de mandatos.

É evidente que as propostas que o PSB postula para superar a crise implicam enfrentar interesses imensos e, muito especialmente, o fascínio que a ortodoxia exerce sobre as mídias e sobre os formadores de opinião. Não se enfrentam crises como as que temos pela frente, contudo, sem a devida dose de ousadia. O conjunto de **crises atuais**, que descrevemos acima, nos dá uma **oportunidade** de superar o mesmo, o que requer saltar para fora de uma história em que a ortodoxia tem sido o vocábulo sintético, para indicar a prática de fazer o povo pagar pela conta daquilo que jamais lhe foi entregue.

Brasília-DF, 05 de março de 2015.

Carlos Siqueira
Presidente Nacional do PSB

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Parabéns, Senador Fernando Bezerra.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E § 2º DO ART. 210, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do editorial intitulado: "O PAC se esfarela", publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 27 de fevereiro de 2015.

O editorial destaca que o esfarelamento do PAC, que está em sua segunda fase sem ter terminado as obras da primeira, não parece constranger Lula, criador do programa e da "mãe" do programa. Para o ex-presidente, conforme relataram peemedebistas que com ele se encontraram, está na hora do PAC 3. Afinal, o único limite para as imposturas lulopetistas é mesmo imaginação do chefe.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– "O PAC se esfarela" publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

O PAC se esfarela

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007 pelos bruxos do marketing lulopetista para ser o nome que resumiria o esforço de desenvolvimento do País na nova era inaugurada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Oito anos depois, às voltas com congelamento de verbas e atrasos nos pagamentos para as construtoras, o PAC consolida-se como um dos maiores símbolos do fracasso administrativo dos governos petistas, especialmente o daquela que já foi chamada de "mãe do PAC", a presidente Dilma Rousseff.

Como se sabe, a situação das construtoras no País não anda nada fácil. Desde a deflagração da Operação Lava Jato, que desarticulou um esquema de corrupção envolvendo diretores da Petrobras e executivos das maiores empreiteiras, essas empresas amargam prejuízos, correm o risco de perder negócios com o governo e tratam de demitir pessoal e reduzir investimentos para enfrentar uma crise que, ao que parece, está só no começo. Já as construtoras médias, que não figuram entre as investigadas na Lava Jato, sofrem mesmo é com a incapacidade do governo Dilma de transformar em realidade aquilo que propagandeia. Como resultado, essas empresas também vêm sendo obrigadas a dispensar centenas de trabalhadores, transformando o PAC em

sinônimo de dor de cabeça.

Reportagem do Estado (26/2) mostrou que empreiteiras de médio porte contrataradas no âmbito do PAC estão sofrendo para receber o que o governo lhes deve. Um exemplo é a S.A. Paulista, que está no projeto de transposição do Rio São Francisco no Ceará, conhecido como Cinturão das Águas, e já demitiu mil de seus 4 mil funcionários desde dezembro.

"Não temos opção", disse César Afrânia, diretor da S.A. Paulista. "Estamos sem receber desde outubro. São mais de R\$ 20 milhões em atraso, porque o Ministério da Integração não fez o repasse que devia ao governo estadual." Segundo Afrânia, 800 dos empregados demitidos trabalhavam nessa obra no Ceará, pois "está tudo parado".

Outra construtora que reclama é a Constran, contratada para produzir dormentes para a Ferrovia Norte-Sul, uma das principais obras do PAC. Segundo a empresa, o governo não honra seus compromissos desde novembro, o que a obrigou a cortar o número de funcionários na obra, de 3 mil para 1,2 mil. No total, a Constran diz que foi obrigada a reduzir seu quadro de empregados de 12 mil para 6 mil e acusa a Valec, estatal responsável pelo projeto, de lhe dever R\$ 30 milhões. "Vivemos hoje esse pesadelo simplesmente porque o governo não paga pelo que contratou", disse o presidente da Constran, João Santana – que recentemente acusou o governo Dilma de usar as investiga-

ções da Lava Jato como desculpa para não pagar o que deve a nenhuma empreiteira.

Os últimos balanços mostram que o PAC se transformou em um grande programa habitacional, pois seus maiores investimentos estão no Minha Casa, Minha Vida. Mesmo assim, construtoras envolvidas no Minha Casa também se queixam há tempos de atrasos nos pagamentos. Recentemente, ao entregar mais unidades habitacionais do programa, Dilma garantiu que o ajuste fiscal não vai prejudicar o Minha Casa. Para demonstrar essa disposição, um bom começo seria pagar em dia os fornecedores.

Segundo a Associação Paulista de Obras Públicas, o governo já pendurou R\$ 5 bilhões em dívidas com as empreiteiras, e essas empresas se viram obrigadas a demitir cerca de 40 mil trabalhadores desde o fim do ano passado. E a situação tende a piorar, porque o governo decidiu bloquear R\$ 32 bilhões de despesas do PAC até julho, quando então decidirá quais obras permanecerão no programa e quais serão descartadas.

O esfarelamento do PAC, que está em sua segunda fase sem ter terminado as obras da primeira, não parece constranger Lula, criador do programa e da "mãe" do programa. Para o ex-presidente, conforme relataram peemedebistas que com ele se encontraram ontem, está na hora de se pensar num PAC 3. Afinal, o único limite para as imposturas lulopetistas é mesmo a imaginação do chefe.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do editorial intitulado: "Dilma fraca e o PT medíocre", publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 25 de fevereiro de 2015.

O editorial destaca que em 2002, o PT se desdisse, com a *Carta ao Brasileiros*. Mas nunca adotou um código ético nem adquiriu respeito pelo povo. Está até agora, com o petrolão seguindo-se ao mensalão e com a revelação da sua incompetência em todas as áreas do governo, pagando o preço da desídia.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– "Dilma fraca e o PT medíocre", publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

(poucas) forças políticas que a ela se declaram fiéis. Não seria fácil. A presidente passou quatro anos cometendo erros. Não os admite, publicamente. Mas foi obrigada, por imposição dos fatos, a defender medidas que contradizem seu discurso eleitoral. Propulsa. Essa contradição está lhe custando a credibilidade. Já ao PT, provoca encorajamento, medo e, mormente, ceticismo. Não entende que, para garantir os "interesses do povo", é preciso a coragem de assumir, quando necessário, decisões impopulares.

Em 2002, o PT se desdisse, com a *Carta aos Brasileiros*. Mas nunca adotou um código ético nem adquiriu respeito pelo povo. Está, agora, com o petróleo seguindo-se ao mensalão e com a revelação da sua incompetência em todas as áreas do governo, pagando o preço da desídia. Lamentavelmente, os brasileiros acreditam em o aval dado a pessoa que não merecia confiança.

Essa redução do problema a termos gênicos é a tradução mais frívola do maquinismo que inspira o discurso político de Dilma, o defensor do Bem, do Reino da Luz, em luta contra os representantes do Mal, do Reino das Trevas.

Só pode ser daquele que o ilustre senador petista trouxe a brilhante ideia de que o grande problema do País é o conflito entre os valores recuperadamente excludentes: "a tese do patriarcalismo" e "a manutenção dos direitos trabalhistas". Não ocorre nem por um instante ao parlamentar que seu papel, dentro da sua base eleitoral, é de representante de um bloco de representantes, antes de defender a tese do "partido" ou "os direitos trabalhistas".

É exatamente por isso que Dilma Rousseff está inedita a respeito de sua encenação da qual procura se livrar mobilizando seus comandados e as

dam, além de um obsessivo projeto de poder. E, a maior dificuldade para esse entendimento parece ser a medocridade dos quadros mais qualificados do partido, a incapacidade que revelam de emergir um palmo além do horizonte e de seus próprios interesses imediatos.

Esa espantosa mediocridade está estampada em manifestações, muito compreensivelmente, daqueles que, um senador petista colhida pra Jornal, Voulez em matéria que traz exatamente os esforços do partido para rearticulá-lo ao parlamento, que seu papel, como membro de um bloco de representantes, antes de defender a tese do "partido" ou "os direitos trabalhistas" é, de defender prioritariamente os interesses do País. O acuramento do conflito entre os interesses naturais e legítimos dos vários segmentos sociais só leva à desagregação nacional, pois a expressão mais autêntica do espírito de nação consiste na conciliação demo-

En meio à crise política, Dilma, o PT, não necessariamente articulados entre si, iniciaram essa seara uma ofensiva, junto à acharada base aliada no tentar de garantir um cíndimo de apoio à adção das medidas necessárias, algumas delas impopulares, para botar em ordem as contas públicas e retornar o caminho do equilíbrio fiscal e o desenvolvimento econômico, sua base prescrevendo para a manutenção e a ampliação das conquistas sociais.

O desafio que se coloca, diante de Dilma, Rousseff e do lulopetismo é enorme. Principalmente porque, anseia de mais nada, Dilma precisa enfrentar com seu próprio partido e, em acordo com o lulopetismo, a mesma objetivos comuns que se esten-

Dilma fraca e o PT medíocre



A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não há mais oradores inscritos para a presente sessão.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 42 minutos.)

Requerimentos de Licença sem ônus

Artigos 13; 43, I; e 256 do Regimento Interno

REQUERIMENTO	SENADOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
RQM nº 29, de 2015	Cristovam Buarque	13	05/03/2015 e 06/03/2015	Participar do Programa "Liderando Reformas Educacionais: desafios e oportunidades para os próximos quatro anos".
RQM nº 30, de 2015	Douglas Cintra	13	26/02/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 31, de 2015	José Maranhão	13	26/02/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 32, de 2015	Marcelo Crivella	256	-	Retirado do RQM nº 14 de 2015
RQM nº 33, de 2015	Gladson Cameli	13	04/03/2015 e 05/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 34, de 2015	Ronaldo Caiado	43, I	De 24/02/2015 a 26/02/2015	Licença Saúde
RQM nº 35, de 2015	Omar Aziz	43, I	De 09/02/2015 a 13/02/2015	Licença Saúde
RQM nº 36, de 2015	Telmário Mota	43, I	26/02/2015	Licença Saúde
RQM nº 37, de 2015	Gleisi Hoffmann	13	05/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 38, de 2015	Humberto Costa	13	05/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 39, de 2015	Benedito de Lira	13	05/03/2015	Atividade Parlamentar
RQM nº 40, de 2015	Ivo Cassol	13	05/03/2015	Atividade Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
 (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
 Bloco-PT - Walter Pinheiro*
 Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
 Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
 Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
 Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
 Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
 Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
 Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
 Bloco-PT - Humberto Costa*
 Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
 Bloco-PT - Marta Suplicy*
 Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
 Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
 Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
 Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
 Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
 Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
 Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
 Bloco-PT - Paulo Paim*
 Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
 Bloco-PT - José Pimentel*
 Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
 Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
 Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
 Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
 Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
 Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
 Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
 Bloco-DEM - José Agripino*
 Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
 Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
 Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
 Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
 Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
 Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
 Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
 Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
 Bloco-PMDB - Roberto Requião*
 Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
 Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
 Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
 Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
 Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
 Bloco-PSD - Hélio José* (S)
 Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
 Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
 Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
 Bloco-PR - Vicentinho Alves*
 Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
 Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
 Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
 Bloco-PMDB - Romero Jucá*
 Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25**PT-14 / PDT-6 / PP-5**

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Marta Suplicy.	PT / SP
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22**PMDB-18 / PSD-4**

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibalди Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16**PSDB-11 / DEM-5**

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9**PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1**

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9**PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1**

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo. 25**Bloco da Maioria.** 22**Bloco Parlamentar da Oposição.** 16**Bloco Parlamentar União e Força.** 9**Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.** 9**TOTAL.** 81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PT-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4º SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25 Líder Humberto Costa - PT (20,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,33) Walter Pinheiro (31,34) Telmário Mota (4,37) José Pimentel (35) Líder do PT - 14 Humberto Costa (20,26) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,34) Lindbergh Farias (38) Fátima Bezerra (30) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,33) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,37) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (21) Vice-Líder Ataídes Oliveira (36) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer (23) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (11,29) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (22,25) Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (22,25)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	

Notas:

- Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
- Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
- Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
- Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n/2015/DEM).
- Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
- Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
- Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
- Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).

14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
37. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

3) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eilton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2014, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 02/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	1.

Notas:

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 02/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
1.	
2.	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
1.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
1.	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
1.	

Notas:

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4.
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5.
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Valdir Raupp (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador José Serra (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Weverton do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Regufe e Leônidas Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz Henrique, Eunício Oliveira, José Maranhão, Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 009/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4.
Senador Sérgio Petecão (PSD)	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) (3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ^[3]	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Wilder Morais (DEM)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^[1]	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Alvaro Dias (PSDB) ^[2]
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Juca, Simone Iffert, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ângela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Benedito de Lira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Álvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: scomce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSAO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Paulo Rocha (PT)	4.
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDAB).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDAB).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSAO DE RELAÇOES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ^[1]	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Antônio Anastasia (PSDB)	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 3, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.leg.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, destinada a tratar de assuntos de seu interesse.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 5, de 2006)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 61 3303-3546

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 9, de 2009)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 61 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Gladson Cameli (PP)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Fernando Ribeiro (PMDB)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSAO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Lasier Martins (PDT) ⁽¹⁾
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador José Maranhão (PMDB)	2. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos BIOCOMBUSTÍVEIS, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).
- **. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- ***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).
- *****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).
- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CCT).
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).
- 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMATICA**Finalidade:** Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.**(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 61 3303-1120**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
1.	
2.	
3.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GIDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s):** 61 33031095**E-mail:** csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (*Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993*)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ETICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **9^a Eleição Geral:** 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br**4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADA BERTHA LUTZ

*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSE ERMIRIO DE MORAES
(*Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 04/03/2015

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HELDER CAMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

PROS

10) CONSELHO DO PREMIO MERITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

11) CONSELHO DE ESTUDOS POLITICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

Atualização: 31/01/2015

13) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(*Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-)⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

- *. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
1. Mesa eleita em 25-3-2014.
 2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.
 3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
 4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
 5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
 6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
 7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.
 8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
 9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
 10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
 11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
 12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
 13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
 14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
 15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
 16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.
 17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
 18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.
 19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.
 20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
 21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.
 22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.
 23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.
 24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Domer, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foleto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dorner
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 3 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3507

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

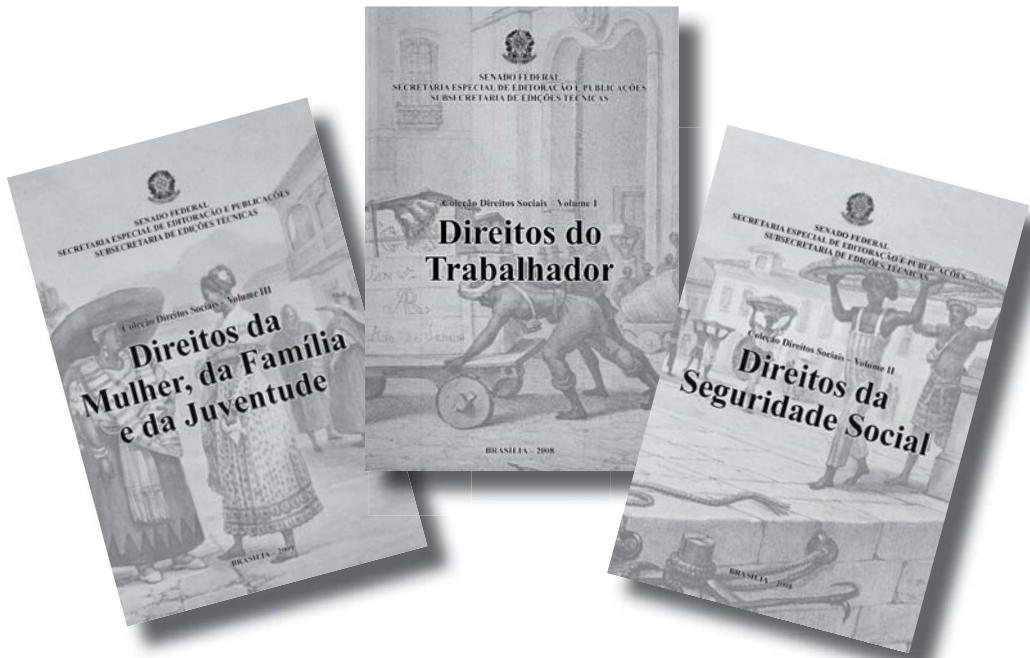
Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

**Edição de hoje: 98 páginas
(O.S. 10577/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

